



OP-547JN-20

Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires do Estado de São Paulo

Oficial Financeiro

Língua Portuguesa

Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários)	01
Sinônimos e antônimos	11
Sentido próprio e figurado das palavras	11
Pontuação	14
Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: cargo e sentido que imprimem às relações que estabelecem	15
Concordância verbal e nominal	22
Regência verbal e nominal	24
Colocação pronominal	25
Crase	25
Processo de formação das palavras	25
Coesão	26
Ortografia	26

Matemática e Raciocínio Lógico

Operações com números reais	01
Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum	07
Razão e proporção	11
Porcentagem	13
Regra de três simples e composta	15
Média aritmética simples e ponderada	16
Juro simples e composto	18
Sistema de equações do 1º grau	20
Relação entre grandezas: tabelas e gráficos	23
Sistemas de medidas usuais	26
Noções de geometria: forma, perímetro, área, volume, ângulo, teorema de Pitágoras	28

Resolução de situações-problema. Estrutura lógica das relações arbitrárias entre pessoas, lugares, coisas, eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Identificação de regularidades de uma sequência, numérica ou figural, de modo a indicar qual é o elemento de uma dada posição. Estruturas lógicas, lógicas de argumentação, diagramas lógicos, sequências45

Atualidades

Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais, culturais, científicos, ambientais, de âmbito nacional e internacional, ocorridos a partir do segundo semestre do ano de 2018, divulgados na mídia nacional.....01

Noções de Informática

MS-Windows 7: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 201001

MS-Word 2010: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto13

MS-Excel 2010: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados.19

MS-PowerPoint 2010: estrutura básica das apresentações, conceitos de slides, anotações, régua, guias, cabeçalhos e rodapés, noções de edição e formatação de apresentações, inserção de objetos, numeração de páginas, botões de ação, animação e transição entre slides28

Correio Eletrônico: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos.37

Internet: navegação internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas40

Conhecimentos Específicos Oficial Financeiro

Análise de demonstrações financeiras: índices financeiros, partes interessadas, tipos de comparações e tipos de categorias: liquidez, atividade, endividamento e lucratividade.....01

Processo decisório de orçamento de capital: motivações para o dispêndio de capital, etapas no processo e terminologia básica03

Fluxos de caixa relevantes: fluxos de caixa de expansão versus de substituição, custos incorridos e custos de oportunidade, fluxo de caixa operacional e fluxo de caixa residual03

Custo de capital: conceito básico, custo de fontes específicas de capital, custo de dívidas de longo prazo. .04

Custo médio ponderado de capital e custo marginal04

Sistema de preços: preços absolutos, relativos e preços de mercado04

Relação entre quantidade demanda e o preço do próprio bem: escala de demanda individual, curva de demanda individual e exceções a lei de demanda	04
Conhecimento teórico de margem de contribuição e margem de lucro	05
Conhecimento básico sobre custo ABC ou custo por atividade e custo por absorção	05
Contabilidade Pública e Orçamentária: aspectos gerais. Estrutura e contabilização de operações típicas. Das receitas e despesas públicas. Empenho. Restos a pagar. Suprimento de fundos. Dívida Ativa. Despesas de exercícios anteriores. Resultado Financeiro e Patrimonial. Patrimônio Público. Balanços Públicos. Classificação econômica das receitas e despesas orçamentárias.	05
Sistema financeiro, sistema patrimonial, sistema orçamentário, sistema de compensação. Regimes contábeis	35
Folha de pagamento: conceito e termos técnicos; elaboração da folha (informações obrigatórias e acessórias, demonstrativo de pagamento); cálculos; descontos; rotinas de administração de pessoal e benefícios, recrutamento, seleção e administração de cargos e salários	38
AUDESP (Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos – TCESP)	40
PPA - Plano Plurianual, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA – Lei do Orçamento Anual.	41
Lei Complementar n.º 101/2000 (e alterações)	58
Lei Complementar n.º 131/2009 – Lei da Transparência Pública	73



AVISO IMPORTANTE



A Apostilas Opção **não** está vinculada as organizadoras de Concurso Público. A aquisição do material **não** garante sua inscrição ou ingresso na carreira pública.



Sua Apostila aborda os tópicos do Edital de forma prática e esquematizada.



Alterações e Retificações após a divulgação do Edital estarão disponíveis em **Nosso Site** na **Versão Digital**.



Dúvidas sobre matérias podem ser enviadas através do site: <https://www.apostilasopcao.com.br/contatos.php>, com retorno do Professor no prazo de até **05 dias úteis**.



PIRATARIA É CRIME: É proibida a reprodução total ou parcial desta apostila, de acordo com o Artigo 184 do Código Penal.



Apostilas Opção, a Opção certa para a sua realização.



LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE TEXTOS (LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS)

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.

4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.

5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor...* Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...*

Tipologia Textual

A partir da estrutura linguística, da função social e da finalidade de um texto, é possível identificar a qual tipo e gênero ele pertence. Antes, é preciso entender a diferença entre essas duas classificações.

Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo
- Bilhete
- Bula
- Carta
- Conto
- Crônica
- E-mail
- Lista
- Manual
- Notícia
- Poema
- Propaganda
- Receita culinária
- Resenha
- Seminário

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

ARGUMENTAÇÃO

O ato de comunicação não visa apenas transmitir uma informação a alguém. Quem comunica pretende criar uma imagem positiva de si mesmo (por exemplo, a de um sujeito educado, ou inteligente, ou culto), quer ser aceito, deseja que o que diz seja admitido como verdadeiro. Em síntese, tem a intenção de convencer, ou seja, tem o desejo de que o ouvinte creia no que o texto diz e faça o que ele propõe.

Se essa é a finalidade última de todo ato de comunicação, todo texto contém um componente argumentativo. A argumentação é o conjunto de recursos de natureza linguística destinados a persuadir a pessoa a quem a comunicação se destina. Está presente em todo tipo de texto e visa a promover adesão às teses e aos pontos de vista defendidos.

As pessoas costumam pensar que o argumento seja apenas uma prova de verdade ou uma razão indiscutível para comprovar a veracidade de um fato. O argumento é mais que isso: como se disse acima, é um recurso de linguagem utilizado para levar o interlocutor a crer naquilo que está sendo dito, a aceitar como verdadeiro o que está sendo transmitido. A argumentação pertence ao domínio da retórica, arte de persuadir as pessoas mediante o uso de recursos de linguagem.

Para compreender claramente o que é um argumento, é bom voltar ao que diz Aristóteles, filósofo grego do século IV a.C., numa obra intitulada *“Tópicos: os argumentos são úteis quando se tem de escolher entre duas ou mais coisas”*.

Se tivermos de escolher entre uma coisa vantajosa e uma desvantajosa, como a saúde e a doença, não precisamos argumentar. Suponhamos, no entanto, que tenhamos de escolher entre duas coisas igualmente vantajosas, a riqueza e a saúde. Nesse caso, precisamos argumentar sobre qual das duas é mais desejável. O argumento pode então ser definido como qualquer recurso que torna uma coisa mais desejável que outra. Isso significa que ele atua no domínio do preferível. Ele é utilizado para fazer o interlocutor crer que, entre duas teses, uma é mais provável que a outra, mais possível que a outra, mais desejável que a outra, é preferível à outra.

O objetivo da argumentação não é demonstrar a verdade de um fato, mas levar o ouvinte a admitir como verdadeiro o que o enunciador está propondo.

Há uma diferença entre o raciocínio lógico e a argumentação. O primeiro opera no domínio do necessário, ou seja, pretende demonstrar que uma conclusão deriva necessariamente das premissas propostas, que se deduz obrigatoriamente dos postulados admitidos. No raciocínio lógico, as conclusões não dependem de crenças, de uma maneira de ver o mundo, mas apenas do encadeamento de premissas e conclusões.

Por exemplo, um raciocínio lógico é o seguinte encadeamento:

A é igual a B.

A é igual a C.

Então: C é igual a A.

Admitidos os dois postulados, a conclusão é, obrigatoriamente, que C é igual a A.

Outro exemplo:

Todo ruminante é um mamífero.

A vaca é um ruminante.

Logo, a vaca é um mamífero.

Admitidas como verdadeiras as duas premissas, a conclusão também será verdadeira.

No domínio da argumentação, as coisas são diferentes. Nele, a conclusão não é necessária, não é obrigatória. Por isso, deve-se mostrar que ela é a mais desejável, a mais provável, a mais plausível. Se o Banco do Brasil fizer uma propaganda dizendo-se mais confiável do que os concorrentes porque existe desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil, ele estará dizendo-nos que um banco com quase dois séculos de existência é sólido e, por isso, confiável. Embora não haja relação necessária entre a solidez de uma instituição bancária e sua antiguidade, esta tem peso argumentativo na afirmação da confiabilidade de um banco. Portanto é provável que se creia que um banco mais antigo seja mais confiável do que outro fundado há dois ou três anos.

Enumerar todos os tipos de argumentos é uma tarefa quase impossível, tantas são as formas de que nos valem para fazer as pessoas preferirem uma coisa a outra. Por isso, é importante entender bem como eles funcionam.

Já vimos diversas características dos argumentos. É preciso acrescentar mais uma: o convencimento do interlocutor, o **auditório**, que pode ser individual ou coletivo, será tanto mais fácil quanto mais os argumentos estiverem de acordo com suas crenças, suas expectativas, seus valores. Não se pode convencer um auditório pertencente a uma dada cultura enfatizando coisas que ele abomina. Será mais fácil convencê-lo valorizando coisas que ele considera positivas. No Brasil, a publicidade da cerveja vem com frequência associada ao futebol, ao gol, à paixão nacional. Nos Estados Unidos, essa associação certamente não surtiria efeito, porque lá o futebol não é valorizado da mesma forma que no Brasil. O poder persuasivo de um argumento está vinculado ao que é valorizado ou desvalorizado numa dada cultura.

Tipos de Argumento

Já verificamos que qualquer recurso linguístico destinado a fazer o interlocutor dar preferência à tese do enunciador é um argumento. Exemplo:

Argumento de Autoridade

É a citação, no texto, de afirmações de pessoas reconhecidas pelo auditório como autoridades em certo domínio do saber, para servir de apoio àquilo que o enunciador está propondo. Esse recurso produz dois efeitos distintos: revela o conhecimento do produtor do texto a respeito do assunto de que está tratando; dá ao texto a garantia do autor citado. É preciso, no entanto, não fazer do texto um amontoado de citações. A citação precisa ser pertinente e verdadeira. Exemplo:

“A imaginação é mais importante do que o conhecimento.”

Quem disse a frase aí de cima não fui eu... Foi Einstein. Para ele, uma coisa vem antes da outra: sem imaginação, não há conhecimento. Nunca o inverso.

Alex José Periscinoto.
In: Folha de S. Paulo, 30/8/1993, p. 5-2

A tese defendida nesse texto é que a imaginação é mais importante do que o conhecimento. Para levar o auditório a aderir a ela, o enunciador cita um dos mais célebres cientistas do mundo. Se um físico de renome mundial disse isso, então as pessoas devem acreditar que é verdade.

Argumento de Quantidade

É aquele que valoriza mais o que é apreciado pelo maior número de pessoas, o que existe em maior número, o que tem maior duração, o que tem maior número de adeptos, etc. O fundamento desse tipo de argumento é que mais = melhor. A publicidade faz largo uso do argumento de quantidade.

Argumento do Consenso

É uma variante do argumento de quantidade. Fundamenta-se em afirmações que, numa determinada época, são aceitas como verdadeiras e, portanto, dispensam comprovações, a menos que o objetivo do texto seja comprovar alguma delas. Parte da ideia de que o consenso, mesmo que equivocado, corresponde ao indiscutível, ao verdadeiro e, portanto, é melhor do que aquilo que não desfruta dele. Em nossa época, são consensuais, por exemplo, as afirmações de que o meio ambiente precisa ser protegido e de que as condições de vida são piores nos países subdesenvolvidos. Ao confiar no consenso, porém, corre-se o risco de passar dos argumentos válidos para os lugares comuns, os preconceitos e as frases carentes de qualquer base científica.

Argumento de Existência

É aquele que se fundamenta no fato de que é mais fácil aceitar aquilo que comprovadamente existe do que aquilo que é apenas provável, que é apenas possível. A sabedoria popular enuncia o argumento de existência no provérbio *“Mais vale um pássaro na mão do que dois voando”*.

Nesse tipo de argumento, incluem-se as provas documentais (fotos, estatísticas, depoimentos, gravações, etc.) ou provas concretas, que tornam mais aceitável uma afirmação genérica. Durante a invasão do Iraque, por exemplo, os jornais diziam que o exército americano era muito mais poderoso do que o iraquiano. Essa afirmação, sem ser acompanhada de provas concretas, poderia ser vista como propagandística. No entanto, quando documentada pela comparação do número de canhões, de carros de combate, de navios, etc., ganhava credibilidade.

Argumento quase lógico

É aquele que opera com base nas relações lógicas, como causa e efeito, analogia, implicação, identidade, etc. Esses raciocínios são chamados quase lógicos porque, diversamente dos raciocínios lógicos, eles não pretendem estabelecer relações necessárias entre os elementos, mas sim instituir relações prováveis, possíveis, plausíveis. Por exemplo, quando se diz *“A é igual a B”, “B é igual a C”, “então A é igual a C”,* estabelece-

se uma relação de identidade lógica. Entretanto, quando se afirma *“Amigo de amigo meu é meu amigo”* não se institui uma identidade lógica, mas uma identidade provável.

Um texto coerente do ponto de vista lógico é mais facilmente aceito do que um texto incoerente. Vários são os defeitos que concorrem para desqualificar o texto do ponto de vista lógico: fugir do tema proposto, cair em contradição, tirar conclusões que não se fundamentam nos dados apresentados, ilustrar afirmações gerais com fatos inadequados, narrar um fato e dele extrair generalizações indevidas.

Argumento do Atributo

É aquele que considera melhor o que tem propriedades típicas daquilo que é mais valorizado socialmente, por exemplo, o mais raro é melhor que o comum, o que é mais refinado é melhor que o que é mais grosseiro, etc.

Por esse motivo, a publicidade usa, com muita frequência, celebridades recomendando prédios residenciais, produtos de beleza, alimentos estéticos, etc., com base no fato de que o consumidor tende a associar o produto anunciado com atributos da celebridade.

Uma variante do argumento de atributo é o argumento da competência linguística. A utilização da variante culta e formal da língua que o produtor do texto conhece a norma linguística socialmente mais valorizada e, por conseguinte, deve produzir um texto em que se pode confiar. Nesse sentido é que se diz que o modo de dizer dá confiabilidade ao que se diz.

Imagine-se que um médico deva falar sobre o estado de saúde de uma personalidade pública. Ele poderia fazê-lo das duas maneiras indicadas abaixo, mas a primeira seria infinitamente mais adequada para a persuasão do que a segunda, pois esta produziria certa estranheza e não criaria uma imagem de competência do médico:

- Para aumentar a confiabilidade do diagnóstico e levando em conta o caráter invasivo de alguns exames, a equipe médica houve por bem determinar o internamento do governador pelo período de três dias, a partir de hoje, 4 de fevereiro de 2001.

- Para conseguir fazer exames com mais cuidado e porque alguns deles são barrapésada, a gente botou o governador no hospital por três dias.

Como dissemos antes, todo texto tem uma função argumentativa, porque ninguém fala para não ser levado a sério, para ser ridicularizado, para ser desmentido: em todo ato de comunicação deseja-se influenciar alguém. Por mais neutro que pretenda ser, um texto tem sempre uma orientação argumentativa.

A orientação argumentativa é uma certa direção que o falante traça para seu texto. Por exemplo, um jornalista, ao falar de um homem público, pode ter a intenção de criticá-lo, de ridicularizá-lo ou, ao contrário, de mostrar sua grandeza.

O enunciador cria a orientação argumentativa de seu texto dando destaque a uns fatos e não a outros, omitindo certos episódios e revelando outros, escolhendo determinadas palavras e não outras, etc. Veja:

“O clima da festa era tão pacífico que até sogras e noras trocavam abraços afetuosos.”

O enunciador aí pretende ressaltar a ideia geral de que noras e sogras não se toleram. Não fosse assim, não teria escolhido esse fato para ilustrar o clima da festa nem teria utilizado o termo até, que serve para incluir no argumento alguma coisa inesperada.

Além dos defeitos de argumentação mencionados quando tratamos de alguns tipos de argumentação, vamos citar outros:

- Uso sem delimitação adequada de palavra de sentido tão amplo, que serve de argumento para um ponto de vista e seu contrário. São noções confusas, como paz, que, paradoxalmente, pode ser usada pelo agressor e pelo agredido. Essas palavras podem ter valor positivo (paz, justiça, honestidade, democracia) ou vir carregadas de valor negativo (autoritarismo, degradação do meio ambiente, injustiça, corrupção).

- Uso de afirmações tão amplas, que podem ser derrubadas por um único contra exemplo. Quando se diz *“Todos os políticos são ladrões”*, basta um único exemplo de político honesto para destruir o argumento.

- Emprego de noções científicas sem nenhum rigor, fora do contexto adequado, sem o significado apropriado, vulgarizando-as e atribuindo-lhes uma significação subjetiva e grosseira. É o caso, por exemplo, da frase *“O imperialismo de certas indústrias não permite que outras cresçam”*, em que o termo imperialismo é descabido, uma vez que, a rigor, significa *“ação de um Estado visando a reduzir outros à sua dependência política e econômica”*.

A boa argumentação é aquela que está de acordo com a situação concreta do texto, que leva em conta os componentes envolvidos na discussão (o tipo de pessoa a quem se dirige a comunicação, o assunto, etc).

Convém ainda alertar que não se convence ninguém com manifestações de sinceridade do autor (como eu, que não costumo mentir...) ou com declarações de certeza expressas em fórmulas feitas (como estou certo, creio firmemente, é claro, é óbvio, é evidente, afirmo com toda a certeza, etc). Em vez de prometer, em seu texto, sinceridade e certeza, autenticidade e verdade, o enunciador deve construir um texto que revele isso. Em outros termos, essas qualidades não se prometem, manifestam-se na ação.

A argumentação é a exploração de recursos para fazer parecer verdadeiro aquilo que se diz num texto e, com isso, levar a pessoa a que texto é endereçado a crer naquilo que ele diz.

Um texto dissertativo tem um assunto ou tema e expressa um ponto de vista, acompanhado de certa fundamentação, que inclui a argumentação, questionamento, com o objetivo de persuadir. Argumentar é o processo pelo qual se estabelecem relações para chegar à conclusão, com base em premissas. Persuadir é um processo de convencimento, por meio da argumentação, no qual procura-se convencer os outros, de modo a influenciar seu pensamento e seu comportamento.

A persuasão pode ser válida e não válida. Na persuasão válida, expõem-se com clareza os fundamentos de uma ideia ou proposição, e o interlocutor pode questionar cada passo do raciocínio empregado na argumentação. A persuasão não válida apoia-se em argumentos subjetivos, apelos subliminares, chantagens sentimentais, com o emprego de *“apelações”*, como a inflexão de voz, a mímica e até o choro.

Alguns autores classificam a dissertação em duas modalidades, expositiva e argumentativa. Esta, exige argumentação, razões a favor e contra uma ideia, ao passo que a outra é informativa, apresenta dados sem a intenção de convencer. Na verdade, a escolha dos dados levantados, a maneira de expô-los no texto já revelam uma *“tomada de posição”*, a adoção de um ponto de vista na dissertação, ainda que sem a apresentação explícita de argumentos. Desse ponto de vista, a dissertação pode ser definida como discussão, debate, questionamento, o que implica a liberdade de pensamento, a possibilidade de discordar ou concordar parcialmente. A liberdade de questionar é fundamental, mas não é suficiente para organizar um texto dissertativo. É necessária também a exposição dos fundamentos, os motivos, os porquês da defesa de um ponto de vista.

Pode-se dizer que o homem vive em permanente atitude argumentativa. A argumentação está presente em qualquer tipo de discurso, porém, é no texto dissertativo que ela melhor se evidencia.

Para discutir um tema, para confrontar argumentos e posições, é necessária a capacidade de conhecer outros pontos de vista e seus respectivos argumentos. Uma discussão impõe, muitas vezes, a análise de argumentos opostos, antagônicos. Como sempre, essa capacidade aprende-se com a prática. Um bom exercício para aprender a argumentar e contra-argumentar consiste em desenvolver as seguintes habilidades:

- **argumentação**: anotar todos os argumentos a favor de uma ideia ou fato; imaginar um interlocutor que adote a posição totalmente contrária;

- **contra-argumentação**: imaginar um diálogo-debate e quais os argumentos que essa pessoa imaginária possivelmente apresentaria contra a argumentação proposta;

- **refutação**: argumentos e razões contra a argumentação oposta.

A argumentação tem a finalidade de persuadir, portanto, argumentar consiste em estabelecer relações para tirar conclusões válidas, como se procede no método dialético. O método dialético não envolve apenas questões ideológicas, geradoras de polêmicas. Trata-se de um método de investigação da realidade pelo estudo de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno em questão e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade.

Descartes (1596-1650), filósofo e pensador francês, criou o método de raciocínio silogístico, baseado na dedução, que parte do simples para o complexo. Para ele, verdade e evidência são a mesma coisa, e pelo raciocínio torna-se possível chegar a conclusões verdadeiras, desde que o assunto seja pesquisado em partes, começando-se pelas proposições mais simples até alcançar, por meio de deduções, a conclusão final. Para a linha de raciocínio cartesiana, é fundamental determinar o problema, dividi-lo em partes, ordenar os conceitos, simplificando-os, enumerar todos os seus elementos e determinar o lugar de cada um no conjunto da dedução.

A lógica cartesiana, até os nossos dias, é fundamental para a argumentação dos trabalhos acadêmicos. Descartes propôs quatro regras básicas que constituem um conjunto de reflexos vitais, uma série de movimentos sucessivos e contínuos do espírito em busca da verdade:

- evidência;
- divisão ou análise;
- ordem ou dedução;
- enumeração.

A enumeração pode apresentar dois tipos de falhas: a omissão e a incompreensão. Qualquer erro na enumeração pode quebrar o encadeamento das ideias, indispensável para o processo dedutivo.

A forma de argumentação mais empregada na redação acadêmica é o *silogismo*, raciocínio baseado nas regras cartesianas, que contém três proposições: *duas premissas*, maior e menor, e *a conclusão*. As três proposições são encadeadas de tal forma, que a conclusão é deduzida da maior por intermédio da menor. A premissa maior deve ser universal, emprega *todo*, *nenhum*, *pois alguns* não caracteriza a universalidade. Há dois métodos fundamentais de raciocínio: a *dedução* (silogística), que parte do geral para o particular, e a *indução*, que vai do particular para o geral. A expressão formal do método dedutivo é o silogismo. A dedução é o caminho das consequências, baseia-se em uma conexão descendente (do geral para o particular) que leva à conclusão. Segundo esse método, partindo-se de teorias gerais, de verdades universais, pode-se chegar à previsão ou determinação de fenômenos particulares. O percurso do raciocínio vai da causa para o efeito. Exemplo:

Todo homem é mortal (premissa maior = geral, universal)
 Fulano é homem (premissa menor = particular)
 Logo, Fulano é mortal (conclusão)

A indução percorre o caminho inverso ao da dedução, baseia-se em uma conexão ascendente, do particular para o geral. Nesse caso, as constatações particulares levam às leis gerais, ou seja, parte de fatos particulares conhecidos para os fatos gerais, desconhecidos. O percurso do raciocínio se faz do *efeito* para a *causa*. Exemplo:

O calor dilata o ferro (particular)
 O calor dilata o bronze (particular)
 O calor dilata o cobre (particular)
 O ferro, o bronze, o cobre são metais
 Logo, o calor dilata metais (geral, universal)

Quanto a seus aspectos formais, o silogismo pode ser válido e verdadeiro; a conclusão será verdadeira se as duas premissas também o forem. Se há erro ou equívoco na apreciação dos fatos, pode-se partir de premissas verdadeiras para chegar a uma conclusão falsa. Tem-se, desse modo, o **sofisma**. Uma definição inexata, uma divisão incompleta, a ignorância da causa, a falsa analogia são algumas causas do sofisma. O sofisma pressupõe má fé, intenção deliberada de enganar ou levar ao erro; quando o sofisma não tem essas intenções propositais, costuma-se chamar esse processo de argumentação de **paralogismo**. Encontra-se um exemplo simples de sofisma no seguinte diálogo:

- Você concorda que possui uma coisa que não perdeu?
- Lógico, concordo.
- Você perdeu um brilhante de 40 quilates?
- Claro que não!
- Então você possui um brilhante de 40 quilates...

Exemplos de sofismas:

Dedução

Todo professor tem um diploma (geral, universal)
 Fulano tem um diploma (particular)
 Logo, fulano é professor (geral – conclusão falsa)

Indução

O Rio de Janeiro tem uma estátua do Cristo Redentor.
 (particular) Taubaté (SP) tem uma estátua do Cristo Redentor.
 (particular) Rio de Janeiro e Taubaté são cidades.

Logo, toda cidade tem uma estátua do Cristo Redentor.
 (geral – conclusão falsa)

Nota-se que as premissas são verdadeiras, mas a conclusão pode ser falsa. Nem todas as pessoas que têm diploma são professores; nem todas as cidades têm uma estátua do Cristo Redentor. Comete-se erro quando se faz generalizações apressadas ou infundadas. A “simples inspeção” é a ausência de análise ou análise superficial dos fatos, que leva a pronunciamentos subjetivos, baseados nos sentimentos não ditados pela razão.

Tem-se, ainda, outros métodos, subsidiários ou não fundamentais, que contribuem para a descoberta ou comprovação da verdade: análise, síntese, classificação e definição. Além desses, existem outros métodos particulares de algumas ciências, que adaptam os processos de dedução e indução à natureza de uma realidade particular. Pode-se afirmar que cada ciência tem seu método próprio demonstrativo, comparativo, histórico etc. A análise, a síntese, a classificação e a definição são chamadas métodos sistemáticos, porque pela organização e ordenação das ideias visam sistematizar a pesquisa.

Análise e síntese são dois processos opostos, mas interligados; a análise parte do todo para as partes, a síntese, das partes para o todo. A análise precede a síntese, porém, de certo modo, uma depende da outra. A análise decompõe o todo em partes, enquanto a síntese recompõe o todo pela reunião das partes. Sabe-se, porém, que o todo não é uma simples justaposição das partes. Se alguém reunisse todas as peças de um relógio, não significa que reconstruiu o relógio, pois fez apenas um amontoado de partes. Só reconstruiria todo se as partes estivessem organizadas, devidamente combinadas, seguida uma ordem de relações necessárias, funcionais, então, o relógio estaria reconstruído.

Síntese, portanto, é o processo de reconstrução do todo por meio da integração das partes, reunidas e relacionadas num conjunto. Toda síntese, por ser uma reconstrução, pressupõe a análise, que é a decomposição. A análise, no entanto, exige uma decomposição organizada, é preciso saber como dividir o todo em partes. As operações que se realizam na análise e na síntese podem ser assim relacionadas:

Análise: penetrar, decompor, separar, dividir.
 Síntese: integrar, recompor, juntar, reunir.

A análise tem importância vital no processo de coleta de ideias a respeito do tema proposto, de seu desdobramento e da criação de abordagens possíveis. A síntese também é importante na escolha dos elementos que farão parte do texto.

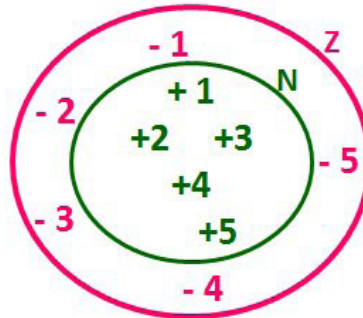


MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

OPERAÇÕES COM NÚMEROS REAIS.

Conjunto dos números inteiros - z

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$, $(N \subset Z)$; o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra Z.



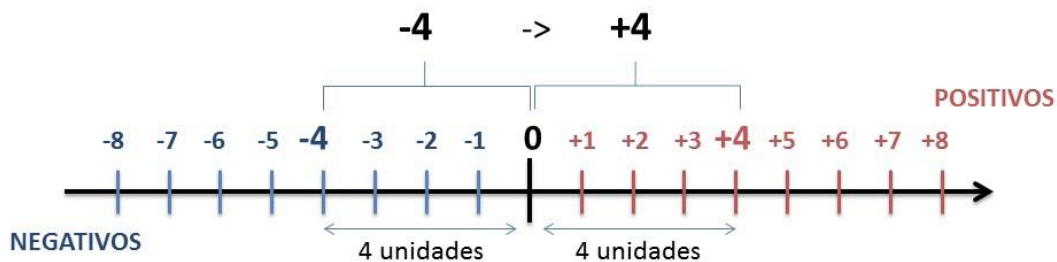
$N \subset Z$ (N está contido em Z)

Subconjuntos:

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	Z^*	Conjunto dos números inteiros não nulos
+	Z_+	Conjunto dos números inteiros não negativos
* e +	Z^*_+	Conjunto dos números inteiros positivos
-	Z_-	Conjunto dos números inteiros não positivos
* e -	Z^*_-	Conjunto dos números inteiros negativos

Observamos nos números inteiros algumas características:

- **Módulo:** distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por $| \cdot |$. O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.
- **Números Opostos:** dois números são opostos quando sua soma é zero. Isto significa que eles estão a mesma distância da origem (zero).



Somando-se temos: $(+4) + (-4) = (-4) + (+4) = 0$

Operações

- **Soma ou Adição:** Associamos aos números inteiros positivos a ideia de ganhar e aos números inteiros negativos a ideia de perder.

ATENÇÃO: O sinal (+) antes do número positivo pode ser dispensado, mas o sinal (-) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.

• **Subtração:** empregamos quando precisamos tirar uma quantidade de outra quantidade; temos duas quantidades e queremos saber quanto uma delas tem a mais que a outra; temos duas quantidades e queremos saber quanto falta a uma delas para atingir a outra. A subtração é a operação inversa da adição. O sinal sempre será do maior número.

ATENÇÃO: todos parênteses, colchetes, chaves, números, ..., entre outros, precedidos de sinal negativo, tem o seu sinal invertido, ou seja, é dado o seu oposto.

Exemplo:

(FUNDAÇÃO CASA – AGENTE EDUCACIONAL – VUNESP) Para zelar pelos jovens internados e orientá-los a respeito do uso adequado dos materiais em geral e dos recursos utilizados em atividades educativas, bem como da preservação predial, realizou-se uma dinâmica elencando “atitudes positivas” e “atitudes negativas”, no entendimento dos elementos do grupo. Solicitou-se que cada um classificasse suas atitudes como positiva ou negativa, atribuindo (+4) pontos a cada atitude positiva e (-1) a cada atitude negativa. Se um jovem classificou como positiva apenas 20 das 50 atitudes anotadas, o total de pontos atribuídos foi

- (A) 50.
- (B) 45.
- (C) 42.
- (D) 36.
- (E) 32.

Resolução:

50-20=30 atitudes negativas
 20.4=80
 30.(-1)=-30
 80-30=50

Resposta: A

• **Multiplicação:** é uma adição de números/ fatores repetidos. Na multiplicação o produto dos números *a* e *b*, pode ser indicado por ***a x b***, ***a . b*** ou ainda ***ab*** sem nenhum sinal entre as letras.

• **Divisão:** a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro, diferente de zero, dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor.

ATENÇÃO:

- 1) No conjunto Z, a divisão não é comutativa, não é associativa e não tem a propriedade da existência do elemento neutro.
- 2) Não existe divisão por zero.
- 3) Zero dividido por qualquer número inteiro, diferente de zero, é zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

Na multiplicação e divisão de números inteiros é muito importante a **REGRA DE SINAIS:**

Sinais iguais (+) (+); (-) (-) = resultado sempre positivo .
Sinais diferentes (+) (-); (-) (+) = resultado sempre negativo .

Exemplo:

(PREF.DE NITERÓI) Um estudante empilhou seus livros, obtendo uma única pilha 52cm de altura. Sabendo que 8 desses livros possui uma espessura de 2cm, e que os livros restantes possuem espessura de 3cm, o número de livros na pilha é:

- (A) 10
- (B) 15
- (C) 18
- (D) 20
- (E) 22

Resolução:

São 8 livros de 2 cm: $8 \cdot 2 = 16$ cm
 Como eu tenho 52 cm ao todo e os demais livros tem 3 cm, temos:

$52 - 16 = 36$ cm de altura de livros de 3 cm

$36 : 3 = 12$ livros de 3 cm

O total de livros da pilha: $8 + 12 = 20$ livros ao todo.

Resposta: D

• **Potenciação:** A potência a^n do número inteiro *a*, é definida como um produto de *n* fatores iguais. O número *a* é denominado a **base** e o número *n* é o **expoente**. $a^n = a \times a \times a \times \dots \times a$, *a* é multiplicado por *a* *n* vezes. Tenha em mente que:

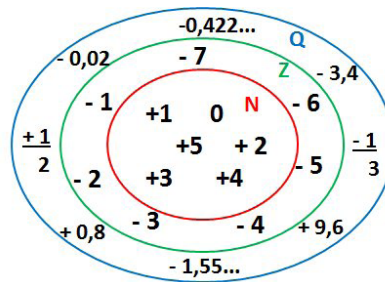
- Toda potência de **base positiva** é um número **inteiro positivo**.
- Toda potência de **base negativa** e **expoente par** é um número **inteiro positivo**.
- Toda potência de **base negativa** e **expoente ímpar** é um número **inteiro negativo**.

Propriedades da Potenciação

- 1) Produtos de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e somam-se os expoentes. $(-a)^3 \cdot (-a)^6 = (-a)^{3+6} = (-a)^9$
- 2) Quocientes de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e subtraem-se os expoentes. $(-a)^8 : (-a)^6 = (-a)^{8-6} = (-a)^2$
- 3) Potência de Potência: Conserva-se a base e multiplicam-se os expoentes. $[(-a)^5]^2 = (-a)^{5 \cdot 2} = (-a)^{10}$
- 4) Potência de expoente 1: É sempre igual à base. $(-a)^1 = -a$ e $(+a)^1 = +a$
- 5) Potência de expoente zero e base diferente de zero: É igual a 1. $(+a)^0 = 1$ e $(-b)^0 = 1$

Conjunto dos números racionais – Q

Um número racional é o que pode ser escrito na forma $\frac{m}{n}$, onde *m* e *n* são números inteiros, sendo que *n* deve ser diferente de zero. Frequentemente usamos *m/n* para significar a divisão de *m* por *n*.



N C Z C Q (N está contido em Z que está contido em Q)

Subconjuntos:

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	Q^*	Conjunto dos números racionais não nulos
+	Q_+	Conjunto dos números racionais não negativos
* e +	Q^*_+	Conjunto dos números racionais positivos
-	Q_-	Conjunto dos números racionais não positivos
* e -	Q^*_-	Conjunto dos números racionais negativos

Representação decimal

Podemos representar um número racional, escrito na forma de fração, em número decimal. Para isso temos duas maneiras possíveis:

1º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, um número finito de algarismos. Decimais Exatos:

$$\frac{2}{5} = 0,4$$

2º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, infinitos algarismos (nem todos nulos), repetindo-se periodicamente Decimais Periódicos ou Dízimas Periódicas:

$$\frac{1}{3} = 0,333...$$

Representação Fracionária

É a operação inversa da anterior. Aqui temos duas maneiras possíveis:

1) Transformando o número decimal em uma fração numerador é o número decimal sem a vírgula e o denominador é composto pelo numeral 1, seguido de tantos zeros quantas forem as casas decimais do número decimal dado. Ex.:

$$0,035 = 35/1000$$

2) Através da fração geratriz. Aí temos o caso das dízimas periódicas que podem ser simples ou compostas.

– *Simple*s: o seu período é composto por um mesmo número ou conjunto de números que se repete infinitamente. Exemplos:

<p>* 0,444... Período: 4 (1 algarismo)</p> $0,444... = \frac{4}{9}$	<p>* 0,313131... Período: 31 (2 algarismos)</p> $0,313131... = \frac{31}{99}$	<p>* 0,278278278... Período: 278 (3 algarismos)</p> $0,278278278... = \frac{278}{999}$
---	---	--

Procedimento: para transformarmos uma dízima periódica simples em fração basta utilizarmos o dígito 9 no denominador para cada quantos dígitos tiver o período da dízima.

– *Composta*: quando a mesma apresenta um ante período que não se repete.

a)

Parte não periódica com o período da dízima menos a parte não periódica.

$$0,58\overline{333} \dots = \frac{583 - 58}{900} = \frac{525}{900} = \frac{525 : 75}{900 : 75} = \frac{7}{12}$$

Parte não periódica com 2 algarismos

Período com 1 algarismo

2 algarismos zeros

1 algarismo 9

Simplificando

Procedimento: para cada algarismo do período ainda se coloca um algarismo 9 no denominador. Mas, agora, para cada algarismo do antiperíodo se coloca um algarismo zero, também no denominador.

b)

Números que não se repetem e período

$$6,37\overline{777} \dots = \frac{637 - 63}{90} = \frac{574}{90}$$

Números que não se repetem

Período igual a 7
1 algarismo -> 1 nove

1 algarismo que não se repete depois da vírgula -> 1 zero

$$6 \frac{34}{90} \rightarrow \text{temos uma fração mista, transformando } - a \rightarrow (6.90 + 34) = 574, \text{ logo : } \frac{574}{90}$$

Procedimento: é o mesmo aplicado ao item “a”, acrescido na frente da parte inteira (fração mista), ao qual transformamos e obtemos a fração geratriz.

Exemplo:

(**PREF. NITERÓI**) Simplificando a expressão abaixo

Obtém-se $\frac{1,3333\dots + \frac{3}{2}}{1,5 + \frac{4}{3}}$:

- (A) ½
- (B) 1
- (C) 3/2
- (D) 2
- (E) 3

Resolução:

$$1,3333... = 12/9 = 4/3$$

$$1,5 = 15/10 = 3/2$$

$$\frac{4}{3} + \frac{3}{2} = \frac{17}{6} = 1$$

$$\frac{3}{2} + \frac{4}{3} = \frac{17}{6}$$

Resposta: B

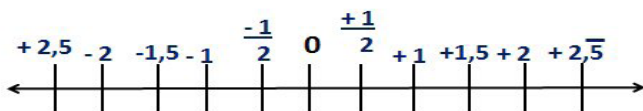
Caraterísticas dos números racionais

O **módulo** e o **número oposto** são as mesmas dos números inteiros.

Inverso: dado um número racional a/b o inverso desse número (a/b)⁻ⁿ, é a fração onde o numerador vira denominador e o denominador numerador (b/a)ⁿ.

$$\left(\frac{a}{b}\right)^{-n}, a \neq 0 = \left(\frac{b}{a}\right)^n, b \neq 0$$

Representação geométrica



Observa-se que entre dois inteiros consecutivos existem infinitos números racionais.

Operações

• **Soma ou adição:** como todo número racional é uma fração ou pode ser escrito na forma de uma fração, definimos a adição entre os números racionais $\frac{a}{b}$ e $\frac{c}{d}$, da mesma forma que a soma de frações, através de:

$$\frac{a}{b} + \frac{c}{d} = \frac{ad + bc}{bd}$$

• **Subtração:** a subtração de dois números racionais p e q é a própria operação de adição do número p com o oposto de q, isto é: $p - q = p + (-q)$

$$\frac{a}{b} - \frac{c}{d} = \frac{ad - bc}{bd}$$

ATENÇÃO: Na adição/subtração se o denominador for igual, conserva-se os denominadores e efetua-se a operação apresentada.

Exemplo:

(PREF. JUNDIAI/SP – AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS – MAKIYAMA) Na escola onde estudo, $\frac{1}{4}$ dos alunos tem a língua portuguesa como disciplina favorita, $\frac{9}{20}$ têm a matemática como favorita e os demais têm ciências como favorita. Sendo assim, qual fração representa os alunos que têm ciências como disciplina favorita?

- (A) 1/4
- (B) 3/10
- (C) 2/9
- (D) 4/5
- (E) 3/2

Resolução:

Somando português e matemática:

$$\frac{1}{4} + \frac{9}{20} = \frac{5 + 9}{20} = \frac{14}{20} = \frac{7}{10}$$

O que resta gosta de ciências:

$$1 - \frac{7}{10} = \frac{3}{10}$$

Resposta: B

• **Multiplicação:** como todo número racional é uma fração ou pode ser escrito na forma de uma fração, definimos o produto de dois números racionais $\frac{a}{b}$ e $\frac{c}{d}$, da mesma forma que o produto de frações, através de:

$$\frac{a}{b} \times \frac{c}{d} = \frac{ac}{bd}$$

• **Divisão:** a divisão de dois números racionais p e q é a própria operação de multiplicação do número p pelo inverso de q, isto é: $p \div q = p \times q^{-1}$

$$\frac{a}{b} \div \frac{c}{d} = \frac{a}{b} \cdot \frac{d}{c}$$

Exemplo:

(PM/SE – SOLDADO 3ªCLASSE – FUNCAB) Numa operação policial de rotina, que abordou 800 pessoas, verificou-se que $\frac{3}{4}$ dessas pessoas eram homens e $\frac{1}{5}$ deles foram detidos. Já entre as mulheres abordadas, $\frac{1}{8}$ foram detidas.

Qual o total de pessoas detidas nessa operação policial?

- (A) 145
- (B) 185
- (C) 220
- (D) 260
- (E) 120



ATUALIDADES



Atualidades

Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais, culturais, científicos, ambientais, de âmbito nacional e internacional, ocorridos a partir do segundo semestre do ano de 2018, divulgados na mídia nacional.



Política

Brasil repete nota e piora em ranking de corrupção em 2019¹

País ficou em 106º lugar no estudo da Transparência Internacional, e teve a mesma pontuação de 2018: 35 pontos.

O Brasil caiu uma posição no ranking mundial de percepção da corrupção em 2019 e repetiu sua pior nota no estudo elaborado pela organização Transparência Internacional, divulgado na madrugada desta quinta-feira (23/01).

O país teve o 5º recuo seguido e passou a ocupar 106ª posição no Índice de Percepção da Corrupção (IPC), o que representa o pior resultado desde 2012. Quanto melhor a posição no ranking, menos o país é considerado corrupto.

A nota brasileira foi a mesma do ranking de 2018: 35 pontos, a pior pontuação da série histórica, que começou há 7 anos. A nota é a mesma de Albânia, Argélia, Costa do Marfim, Egito, Macedônia e Mongólia.

Entre os países da América do Sul, o Brasil está atrás de Uruguai, Chile e Argentina, e à frente de Bolívia, Paraguai e Venezuela.

Dinamarca, Nova Zelândia e Finlândia lideram as primeiras posições do ranking e são os países considerados mais íntegros, com notas mais próximas de 100.

Com as notas mais próximas de zero, e considerados os países mais corruptos, estão: Síria, Sudão do Sul e Somália.

O IPC pontua e classifica os países com base no quanto corrupto o setor público é percebido por executivos, investidores, acadêmicos e estudiosos da área da transparência.

O índice analisa aspectos como propina, desvio de recursos públicos, burocracia excessiva, nepotismo e habilidade dos governos em conter a corrupção.

O Brasil vem caindo no ranking desde 2014. Em 2016, o Brasil ficou em 79º. Em 2017, o país estava na 96ª colocação.

Veja a posição de alguns países no ranking:

Países mais corruptos

180º Somália	9 pontos
179º Sudão do Sul	12 pontos
178º Síria	13 pontos

Fonte: Transparência Internacional

Países menos corruptos

1º Dinamarca	87 pontos
1º Nova Zelândia	87 pontos
3º Finlândia	86 pontos

Fonte: Transparência Internacional

Empatados com o Brasil

106º Brasil	35 pontos
106º Albânia	35 pontos
106º Argélia	35 pontos
106º Costa do Marfim	35 pontos
106º Egito	35 pontos
106º Macedônia	35 pontos
106º Mongólia	35 pontos

Fonte: Transparência Internacional

América do Sul

21º Uruguai	71 pontos
26º Chile	67 pontos
66º Argentina	45 pontos
106º Brasil	35 pontos
123º Bolívia	31 pontos
137º Paraguai	28 pontos
173º Venezuela	16 pontos

Fonte: Transparência Internacional

¹ G1. Brasil repete nota e piora em ranking de corrupção em 2019. G1 Mundo. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/01/23/brasil-repete-pior-nota-em-2019-e-cai-em-ranking-de-corrupcao.ghtml>. Acesso em 23 de janeiro de 2020.

Bolsonaro anuncia criação do Conselho da Amazônia²

Vice-presidente Hamilton Mourão vai coordenar o conselho. Presidente criou ainda uma Força Nacional para atuar na proteção do meio ambiente da região.

O presidente Jair Bolsonaro anunciou a criação do Conselho da Amazônia e de uma Força Nacional para atuar na proteção do meio ambiente da região. O vice-presidente Hamilton Mourão vai coordenar o conselho.

O colegiado vai concentrar as ações de todos os ministérios voltadas para a proteção, defesa e desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A Força Nacional Ambiental vai atuar nos moldes da Força Nacional de Segurança Pública para proteger a região, segundo o governo.

Em entrevista à jornalista Cristiana Lôbo, da GloboNews, o vice-presidente Hamilton Mourão falou que o governo vai ser mais proativo na preservação da Amazônia.

"A Amazônia desperta o interesse e visões de todas as pessoas do resto do mundo, nós temos que ter uma atitude, digamos assim, mais incisiva em relação ao que lá acontece", disse o vice-presidente.

O blog do jornalista João Borges no G1 destacou que "gestores de grandes fundos de investimentos estrangeiros avisaram o governo brasileiro que não mais aplicariam dinheiro no país por causa da política ambiental para a Amazônia."

O ministro do Meio Ambiente explicou que o conselho vai coordenar todas as estruturas que já atuam no combate ao desmatamento e incorporar temas como a regularização fundiária. Ricardo Salles disse que não há prazo para a implementação do conselho ou para a convocação da Força Nacional, nem qual será o custo.

No ano passado, o presidente Jair Bolsonaro acabou por decreto com dois órgãos que tinham atribuições semelhantes ao Conselho da Amazônia. Reuniam e integravam ministérios para ações voltadas ao combate do desmatamento, mas com a participação da sociedade civil.

O diretor do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia disse que as medidas são bem-vindas desde que sejam continuadas.

"Está criando um espaço de atenção para a Amazônia através de um conselho que a gente entende que vai unificar um conjunto de ações públicas e de política públicas pra Amazônia, isso é importante. O que a gente espera como técnicos, como pessoas que trabalham com Amazônia é que essas políticas sejam efetivas e continuadas para que o problema seja resolvido de fato concretamente e pra isso a gente precisa de atuação a longo prazo", disse André Guimarães.

Bolsonaro exonera secretário da Cultura, que fez discurso com frases semelhantes às de ministro de Hitler³

Em vídeo para divulgar concurso, Roberto Alvim disse que a arte deve ser 'heroica' e 'imperativa', 'ou não será nada', assim como Goebbels. Secretário disse que caso foi 'coincidência retórica'.

O presidente Jair Bolsonaro exonou nesta sexta-feira (17/01) o secretário nacional da Cultura, Roberto Alvim, que fez um discurso no qual usou frases semelhantes às usadas por Joseph Goebbels, ministro da Propaganda de Adolf Hitler durante o governo nazista. Goebbels era antissemita radical e foi um dos idealizadores do nazismo.

Assim como Goebbels havia afirmado em meados do século XX que a "arte alemã da próxima década será heroica" e "imperativa", Alvim afirmou que a "arte brasileira da próxima década será heroica" e "imperativa".

Em nota, Bolsonaro afirmou que a permanência de Alvim no governo ficou "insustentável".

"Comunico o desligamento de Roberto Alvim da Secretaria de Cultura do Governo. Um pronunciamento infeliz, ainda que tenha se desculpado, tornou insustentável a sua permanência", afirmou Bolsonaro.

O presidente disse ainda que repudia ideologias "totalitárias e genocidas".

"Reitero nosso repúdio às ideologias totalitárias e genocidas, bem como qualquer tipo de ilação às mesmas. Manifestamos também nosso total e irrestrito apoio à comunidade judaica, da qual somos amigos e compartilhamos valores em comum", completou o presidente.

Fala do secretário

O discurso do secretário, divulgado em uma rede social na quinta (16/01), se referia ao lançamento de um concurso de projetos de arte.

O vídeo de Alvim ganhou grande repercussão nas redes sociais e tanto o nome do secretário quanto o de Goebbels foram parar entre os assuntos mais comentados do Twitter no Brasil.

A fala dele também gerou forte repercussão nos meios artístico e político. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), pediram a demissão imediata do secretário.

Nesta manhã, Alvim afirmou em post no Facebook que a semelhança entre as frases foi "apenas uma frase do meu discurso na qual havia uma coincidência retórica".

Além da fala semelhante à de Goebbels, o vídeo de Alvim apresenta, ao fundo, uma música do compositor alemão Richard Wagner (1813-1883), extraída da ópera Lohengrin. O artista escreveu ensaios nacionalistas e antissemitas, e foi tomado pelos nazistas como exemplo de superioridade musical e intelecto.

Compare os discursos:

Roberto Alvim:

"A arte brasileira da próxima década será heroica e será nacional, será dotada de grande capacidade de envolvimento emocional, e será igualmente imperativa, posto que profundamente vinculada às aspirações urgentes do nosso povo – ou então não será nada"

Joseph Goebbels:

"A arte alemã da próxima década será heroica, será ferreamente romântica, será objetiva e livre de sentimentalismo, será nacional com grande páthos e igualmente imperativa e vinculante, ou então não será nada".

No discurso de Goebbels, feito para diretores de teatro, ele buscava dar uma orientação estética aos artistas. Ele reconhecia que o expressionismo, escola artística que ganhou força na Alemanha no fim do século XIX, tinha tido algumas ideias básicas "positivas", mas se degradara no experimentalismo.

Justificativa do secretário

Em seu esclarecimento no Facebook sobre as declarações semelhantes às de Goebbels, Alvim afirmou que "o trecho fala de uma arte heroica e profundamente vinculada às aspirações

² *Jornal Nacional. Bolsonaro anuncia criação do Conselho da Amazônia. G1 Jornal Nacional. <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/01/21/bolsonaro-anuncia-criacao-do-conselho-da-amazonia.ghtml>. Acesso em 22 de janeiro de 2020.*

³ *Luiz Felipe Barbiéri. Bolsonaro exonera secretário da Cultura, que fez discurso com frases semelhantes às de ministro de Hitler. G1 Política. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/17/bolsonaro-exonera-secretario-da-cultura-que-fez-discurso-com-frases-semelhantes-as-de-ministro-de-hitler.ghtml>. Acesso em 17 de janeiro de 2020.*

do povo brasileiro". "Não há nada de errado com a frase", argumentou.

"Todo o discurso foi baseado num ideal nacionalista para a Arte brasileira, e houve uma coincidência com UMA frase de um discurso de Goebbles... Não o citei e JAMAIS o faria. Foi, como eu disse, uma coincidência retórica. Mas a frase em si é perfeita: heroísmo e aspirações do povo. É o que queremos ver na Arte nacional", disse Alvim.

Respeito a Deus, combate à ideologia de gênero e defesa da vida: os princípios do novo partido de Bolsonaro⁴

A 1ª Convenção Nacional do Aliança pelo Brasil foi realizada na manhã desta quinta-feira (21/11), em Brasília. O lançamento oficial da nova legenda, que ainda se encontra em fase de criação, contou com a presença do presidente Jair Bolsonaro, que já assinou a sua desfiliação do PSL.

Durante o evento, foram lidos os cinco princípios da nova sigla. Destacam-se o respeito a Deus, a lealdade à pátria, à defesa da vida desde a concepção, o combate ao socialismo e a defesa do livre comércio.

Confira os principais trechos do documento apresentado nesta quinta e reproduzidos abaixo:

1º - Respeito a Deus e a religião: em primeiro lugar a Aliança pelo Brasil reconhece o lugar de Deus perante a vida. (...) Povo educado na base do cristianismo, em suas variadas expressões. Contra fatos, não há argumentos, o primeiro ato em terras brasileiras foi uma missa. (...) lei natural como norteadores. Combate à hostilidade e ao menosprezo a religião.

2º - Respeito à memória, identidade e cultura do povo brasileiro: o partido compreende que uma aliança é um elo de lealdade e fidelidade por amor, por isso reconhece como seus predecessores todos aqueles que amaram e lutaram pelo Brasil. (...) São, aliás, dos compatriotas do passado, do presente e do futuro, unidos por um vínculo: moral e de lealdade à pátria. (...) Unidade de tradição, de língua e de cultura. O partido se compromete em lutar pela cultura, pela restauração dos valores tradicionais do Brasil, consolidados pelo pensamento de grandes mulheres e homens do passado. (...) Podem ser chamados de fundadores do Brasil. Reconhecimento a tudo de bom que herdamos de outras nações, a exemplo das tradições luso-hispânicas, do direito romano, da filosofia grega, da moral judaico-cristã e ainda aquilo que pode aprender com os pivôs. Examinai-vos todas as coisas. A Aliança também se compromete com a restauração da língua portuguesa e oposição a qualquer iniciativa que vise a sua desconfiguração. (...) O partido se esforçará por divulgar as verdades sobre os males e os crimes das mais várias faces do movimento revolucionário: o socialismo, o comunismo, o nazifascismo e o globalismo. Ideologias nefastas que causaram mal ao Brasil e ainda causam. O partido busca estabelecer bases com países que venceram o comunismo, como o leste europeu. (...)

3º - Defesa da vida, da legítima defesa, da família e da infância: o partido está convicto de que nenhum progresso seria obtido sem a defesa da vida humana, desde a concepção. A vida é o primeiro dos efeitos, sem vida, não há mais o que defender, pois a morte já terá encerrado a possibilidade de qualquer outro direito. Todas as propostas do partido relacionadas à saúde deverão ter como norte a defesa da vida humana, em todas as suas fases. (...) A Aliança pelo Brasil defende também o valor da maternidade como um dos

fundamentos da sociedade, para que todas as mulheres gestantes e mães tenham condições dignas de vida, de gestação e criação de seus filhos. Outrossim, o partido se compromete a lutar incansavelmente até que todos os brasileiros tenham o direito de possuir e portar armas para sua defesa e a dos seus. (...) Defesa da família como núcleo fundamental da sociedade. (...) Combaterá a pedofilia e o tráfico de crianças. (...) Combaterá ainda a erotização da infância e a ideologia de gênero. (...) tirar o Brasil dos índices de analfabetismo.

4º- Garantia da ordem, da representação da política e da segurança: nunca um país poderá se dizer próspero enquanto bandidos estiverem no poder, bandidos de armas ou de canetas. (...) Para garantia da ordem se empenharam para criar um ambiente de segurança jurídica no Brasil. Não será possível o crescimento sem que a garantia da segurança de Deus, a previsibilidade das ações do poder público, sem surpresas ou mudanças bruscas. (...) Clareza das normas que pesam sob o cidadão, principalmente o empreendedor gerador de empregos e o pagador de impostos (...). Defesa territorial brasileira, especialmente da Amazônia. Defesa das forças militares e policiais, e buscará meios de melhor condições de trabalho, de remuneração, segurança física e financeira. (...) Atenção ao combate aos crimes de corrupção, narcotráfico e terrorismo.

5ª- Defesa do livre mercado, da propriedade privada e do trabalho: a Aliança pelo Brasil repudia o socialismo e o comunismo em todas as suas vertentes, interferências estatais sobre a economia através de mecanismos burocráticos, tributários e regulatórios. (...) Defenderá o papel fundamental da empresa, do livre mercado, da propriedade privada e da consequente responsabilidade dos meios de produção e da criatividade humana nos setores da economia. (...) O partido defende que a propriedade privada é um direito inalienável do homem, tanto quanto a liberdade de dispor dela.

Por 6 a 5, STF derruba prisão após segunda instância⁵

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou nesta quinta-feira a possibilidade de iniciar a execução da pena de prisão após condenação em segunda instância, na maior derrota que a corte impôs à operação Lava Jato nos seus cinco anos e que pode levar à liberdade o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Coube ao presidente do STF, Dias Toffoli, o voto de desempate, ao se posicionar a favor da execução da pena somente após esgotados todos os recursos cabíveis, o chamado trânsito em julgado.

O voto de Toffoli definiu o julgamento com o placar de 6 votos a 5 e pode beneficiar cerca de 4,8 mil pessoas, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Entre eles, Lula, o mais expressivo condenado nos processos movidos pela Lava Jato, que cumpre pena de prisão desde abril do ano passado após ter confirmada sua condenação pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) no processo do triplex do Guarujá (SP).

O julgamento, um dos mais aguardados do ano na corte, representa a maior derrota da Lava Jato desde que foi iniciada há 5 anos. Os membros da força-tarefa da operação vinham se valendo da mudança do entendimento do STF de 2016, que permitia a prisão em segunda instância, para garantir a detenção de investigados na operação e acelerar delações premiadas de réus que buscavam evitar serem encarcerados.

⁴ GaúchaZH. Respeito a Deus, combate à ideologia de gênero e defesa da vida: os princípios do novo partido de Bolsonaro. Gaúcha ZH. Política. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/11/respeito-a-deus-combate-a-ideologia-de-genero-e-defesa-da-vida-os-principios-do-novo-partido-de-bolsonaro-ck38vs5bg03jo01ph13svdht2.html>. Acesso em 26 de novembro de 2019.

⁵ Estadão Conteúdo. Por 6 a 5, STF derruba prisão após segunda instância. Terra. <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/por-6-a-5-stf-derruba-prisao-apos-segunda-instancia,559b4530c2f29b1690bc4fb1cf7fd42cvmxghf9h.html>. Acesso em 08 de novembro de 2019.

Conforme reportagem da Reuters do dia 17 de outubro, antes do julgamento, a corte tendia a alterar sua posição na esteira de derrotas que a própria operação tem sofrido este ano no STF, após reportagens feitas pelo site The Intercept Brasil que têm mostrado, desde junho, supostas articulações do ex-juiz e atual ministro da Justiça, Sergio Moro, com procuradores da força-tarefa da Lava Jato. Os dois lados negam irregularidades.

Essas revelações - nas quais ministros do STF chegaram a ser nominalmente citados - enfraqueceram o apoio à Lava Jato, maior investigação de corrupção no país, no Supremo.

A análise do caso demandou cinco sessões para ser concluída e foi envolto de pressão pública - os ministros contrários à mudança do entendimento atual chegaram a ser pressionados pessoalmente e em redes sociais.

Durante as sessões, ministros esforçaram-se a argumentar que o julgamento era impessoal e que não era para beneficiar Lula, vez por outra citado em intervenções.

A maioria do STF seguiu o voto do relator, ministro Marco Aurélio Mello, favorável à execução da pena apenas ao fim de todos os recursos. Na prática, a corte entendeu que é compatível com a Constituição de 1988 um artigo do Código de Processo Penal de 1941 que ninguém pode ser preso até antes da condenação transitada em julgado.

Acompanham Marco Aurélio os ministros Rosa Weber, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes, Celso de Mello e Toffoli. Foram contrários - e vencidos - Alexandre de Moraes, Edson Fachin (relator da Lava Jato no STF), Luís Roberto Barroso, Luiz Fux e Cármen Lúcia.

Em seu voto decisivo, Toffoli disse que, para se executar a pena de prisão após condenação em segunda instância, é preciso que o Congresso aprove uma legislação nesse sentido, o que não há atualmente.

Ele fez um paralelo ao que ocorreu com a Lei da Ficha Limpa, que só passou a vigorar após a aprovação de norma pelo Legislativo. Ela garantiu barrar candidaturas de condenados por órgão colegiado de tribunal.

"Eu disse para parlamentares, eu recebi um grupo de 42 senadores na terça-feira na sede do CNJ onde eu tinha sessão, liderados pelo senador Lasier do Rio Grande do Sul. Não vou adiantar a minha posição, mas as senhores e senhoras sabem o que eu tenho cotidianamente dito em deferência ao Parlamento", disse.

"Não vejo problema nenhum do Parlamento alterar esse dispositivo", completou.

Toffoli afirmou que, nos julgamentos anteriores sobre a execução da pena após o segundo grau desde 2009, o STF não analisou a questão em termos de se a legislação sobre o tema é compatível com a Constituição ao contrário do que ocorre na apreciação atual.

"Não se pode falar que há impunidade nos tribunais superiores ou neste Supremo Tribunal Federal", disse, referindo-se ao fato de o tribunal ter condenado e ordenado a prisão dos condenados no processo do mensalão, julgado em 2012.

CRÍTICAS

Durante o voto de Toffoli, Gilmar Mendes pediu a palavra fez duras críticas à atuação da Lava Jato. Segundo ele, há uma "técnica de amedrontamento" da operação e que o grupo virou um "partido político" porque, destacou, teriam chegado a sugerir candidaturas. Ele chegou a chamar de "bagunça" e "festival de abusos" a atuação do MPF em casos de investigação.

Cármen Lúcia foi a única a votar pela manutenção da prisão em segunda instância na sessão desta quinta, destacando que

tem adotado essa posição ao menos desde 2009 - quando estava na corrente minoritária.

Após votar em 2016 a favor da prisão em segunda instância, Gilmar Mendes justificou sua mudança de posição alegando que tribunais de segundo grau começaram a aplicar essa detenção de forma automática, desvirtuando o entendimento do STF.

O ministro disse que a discussão foi contaminada pela possibilidade de um eventual benefício a Lula. Disse que chegou a ser chamado recentemente de "corifeu do petismo" por defender que a pena de prisão só pode ser executada após o esgotamento dos recursos.

Durante o voto de Mendes, o presidente do Supremo chegou a pedir a palavra e destacou que é o próprio Ministério Público Federal que agora pede que Lula saia do regime fechado de cumprimento da pena de prisão.

Bolsonaro transfere Secretaria de Cultura para Ministério do Turismo⁶

Órgão, criado após a extinção do Ministério da Cultura, ficava sob a pasta da Cidadania. Filho do pastor RR Soares é um dos nomes avaliados para assumir o posto.

O presidente Jair Bolsonaro transferiu a Secretaria Especial de Cultura do Ministério da Cidadania para o Ministério do Turismo, comandada Marcelo Álvaro Antônio. A mudança é feita por decreto publicado nesta quinta-feira (07/11) no "Diário Oficial da União".

A Secretaria de Cultura foi criada para substituir o Ministério da Cultura (MinC), que foi extinto no início da gestão do presidente.

Com a mudança, passam a ser de responsabilidade do Ministério do Turismo a política nacional de cultura; a regulação dos direitos autorais; a proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural; o apoio ao Ministério da Agricultura para a preservação da identidade cultural de comunidades quilombolas; e o desenvolvimento de políticas de acessibilidade cultural e do setor de museus.

O decreto também transfere para o Ministério do Turismo a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, responsável por emitir pareceres sobre os pedidos de artistas que buscam financiamento por meio da Lei de Incentivo à Cultura, conhecida como Lei Rouanet.

Também são transferidos para o Turismo o Conselho Nacional de Política Cultural, a Comissão do Fundo Nacional de Cultura, outras seis secretarias não especificadas.

Filho de pastor é cotado para a secretaria de Cultura

A transferência ocorre um dia depois de o governo exonerar o então secretário de Cultura, Ricardo Braga, que ficou dois meses no cargo. Braga havia substituído Henrique Pires, que deixou o posto em agosto, depois que o Ministério da Cidadania suspendeu um edital com séries sobre temas LGBT - o que ele chamou de censura.

"Eu tenho o maior respeito pelo presidente da República, tenho o maior respeito pelo ministro, mas eu não vou cancelar a censura", afirmou Henrique Pires quando decidiu deixar o cargo.

Segundo o Jornal o Globo, um dos nomes cotados para assumir o posto é o do deputado federal Marcos Soares (DEM-RJ), filho do pastor Romildo Soares.

A possibilidade foi confirmada pelo porta-voz da Presidência, Otávio Rêgo Barros, em entrevista na tarde de quarta-feira. Perguntado se um filho de RR Soares - como é conhecido o pastor - é um dos nomes cotados, o porta-voz disse que "[é] um dos nomes que estão sob escrutínio por parte

⁶ Vitor Sorano. Bolsonaro transfere Secretaria de Cultura para Ministério do Turismo. G1 Política. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/07/bolsonaro-transfere->

secretaria-de-cultura-para-ministerio-do-turismo.ghtml. Acesso em 07 de novembro de 2019.

do senhor presidente da República e muito em breve ele fará a informação oficial".

Bolsonaro sanciona dois projetos que ampliam proteção a vítimas de violência doméstica⁷

Novas leis preveem apreensão da arma do agressor em 48 horas e a garantia de matrícula no ensino público para filhos de mulher agredida. Ambas alteram trechos da Lei Maria da Penha.

O presidente Jair Bolsonaro sancionou nesta terça-feira (08/10) dois projetos que alteram a Lei Maria da Penha para ampliar a proteção de mulheres vítimas de violência doméstica. Os textos, que após a sanção viraram leis, entram em vigor assim que forem publicados no "Diário Oficial da União".

Uma das novas leis determina que a arma de fogo do agressor, se ele possuir uma, seja apreendida em até 48 horas depois que a ocorrência de violência doméstica chegar à Justiça. Diferentemente das demais medidas protetivas, nesse caso, a aplicação não depende de avaliação do juiz.

No momento do registro da ocorrência, a autoridade policial deverá verificar a existência de arma de fogo no nome do suspeito. Se o documento for identificado, a informação será juntada aos autos, e a instituição responsável pelo registro receberá uma notificação do caso.

O projeto foi apresentado pelo deputado Alessandro Molon (PSB-RJ) no início do ano. Na justificativa, o parlamentar disse que o Brasil é o quinto país que mata mais mulheres no mundo e que em 2016, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, uma mulher foi assassinada a cada duas horas.

Vagas no ensino público

O outro projeto sancionado por Bolsonaro prevê que a mulher em situação de violência doméstica e familiar tem "prioridade para matricular seus dependentes em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio, ou transferi-los para essa instituição".

Para isso, basta que a vítima apresente documentos que comprovem a existência de uma ocorrência ou de um processo judicial. Os dados da mulher e dos filhos ou dependentes transferidos deverão ser mantidos em sigilo.

O texto também prevê que essa transferência deverá ocorrer "independentemente da existência de vaga". Ou seja, se as turmas daquela creche ou colégio estiverem lotadas, o Estado deverá criar uma vaga adicional para receber a criança ou adolescente.

O projeto foi aprovado na forma de um substitutivo da deputada Flávia Arruda (PL-DF). Autora do texto inicial em 2017, a deputada Geovania de Sá (PSDB-SC) previa a prioridade apenas na educação infantil (creches e pré-escolas). Durante a tramitação, o texto passou a incluir também os ensinos fundamental e médio.

"O texto encontra fundamento jurídico na Constituição Federal e na Lei Maria da Penha, que deu salto significativo no combate à violência contra a mulher, assegurando o acesso à educação com a previsão de prioridade dos dependentes de vítimas de violência familiar em instituições de ensino básico próximas ao seu domicílio", diz o Palácio do Planalto, no texto de divulgação da sanção.

Saiba como fica a lei do abuso de autoridade após Congresso ter rejeitado 18 vetos de Bolsonaro⁸

Principais mudanças serão na lista dos crimes de abuso de autoridade. Alterações serão incluídas na lei depois de promulgadas e publicadas.

O Congresso Nacional derrubou na noite desta terça-feira (24/09) 18 vetos do presidente Jair Bolsonaro ao projeto de lei sobre abuso de autoridade, sancionada no início de setembro.

Com isso, os trechos vetados por Bolsonaro e recuperados pelos parlamentares serão incorporados à legislação quando foram promulgados e publicados no "Diário Oficial da União".

As principais mudanças serão nos crimes e penas previstos para quem comete o abuso de autoridade.

O projeto

A proposta estabelece uma série de crimes relacionados à atuação de servidores e de integrantes dos Três Poderes, que podem ser considerados como abuso de autoridade, além de determinar a forma como vai ocorrer o processo penal, a responsabilização e os efeitos da condenação pelas infrações.

Autoridades envolvidas

O texto estabelece quais agentes públicos da União, estados, Distrito Federal e municípios, da administração direta ou indireta, são capazes de cometer o crime de abuso de autoridade. Entre eles:

- servidores públicos e militares;
- integrantes do Poder Legislativo (deputados e senadores, por exemplo, no nível federal);
- integrantes do Poder Executivo (presidente da República; governadores, prefeitos);
- integrantes do Poder Judiciário (juízes de primeira instância, desembargadores de tribunais, ministros de tribunais superiores);
- integrantes do Ministério Público (procuradores e promotores);
- integrantes de tribunais e conselhos de conta (ministros do TCU e integrantes de TCEs).

Crimes e penas

A proposta agora prevê as seguintes situações que podem ser enquadradas como crime. São as seguintes:

- Decretar medida de privação da liberdade (prisão, por exemplo) de forma expressamente contrária às situações previstas em lei. Pena de um a quatro anos de detenção;
- Decretar a condução coercitiva de testemunha ou investigado manifestamente descabida ou sem prévia intimação de comparecimento ao juízo. Pena de um a quatro anos de detenção;
- Deixar injustificadamente de comunicar prisão em flagrante à autoridade judiciária no prazo legal. Pena de seis meses a dois anos de detenção.
- Constranger o preso ou o detento, mediante violência, grave ameaça ou redução de sua capacidade de resistência, a: exibir-se ou ter seu corpo ou parte dele exibido à curiosidade pública; ou submeter-se a situação vexatória ou a constrangimento não autorizado em lei. Pena de um a quatro anos de detenção.
- Constranger a depor, sob ameaça de prisão, pessoa que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, deva guardar segredo ou resguardar sigilo. Pena de um a quatro anos de detenção.
- Deixar de identificar-se ou identificar-se falsamente ao preso por ocasião de sua captura ou quando deva fazê-lo

⁷ Mateus Rodrigues. Guilherme Mazui. Bolsonaro sanciona dois projetos que ampliam proteção a vítimas de violência doméstica. G1 Política. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/10/08/bolsonaro-sanciona-dois-projetos-que-ampliam-protecao-a-vitimas-de-violencia-domestica.ghtml>. Acesso em 09 de outubro de 2019.

⁸ Fernanda Vivas. Gustavo Garcia. Saiba como fica a lei do abuso de autoridade após Congresso ter rejeitado 18 vetos de Bolsonaro. G1 Política. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/09/24/saiba-como-fica-a-lei-do-abuso-de-autoridade-apos-congresso-ter-rejeitado-18-vetos-de-bolsonaro.ghtml>. Acesso em 25 de setembro de 2019.



NOÇÕES DE INFORMÁTICA



Noções de Informática

MS-Windows 7: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 2010

WINDOWS 7¹

O Windows 7 é um sistema operacional produzido pela Microsoft.

Um sistema operacional é um conjunto de programas que fornecem uma interface para o usuário e se comunicam com o hardware da máquina evitando que os programas construídos dentro do sistema operacional tenham de realizar esta tarefa.

Características do Windows

- Interface amigável e intuitiva: Utilizando recursos gráficos.
- Multitarefa: Permite a utilização de mais de um programa por vez.
- Multiusuário: Permite a criação de múltiplas contas (perfis) de usuários.
- Sistema Aberto para Programação
- Plug-n-Play: Reconhece automaticamente periféricos e dispositivos conectados ao computador.

Menu Iniciar

O menu Iniciar é o portão de entrada para programas, pastas e configurações do computador. Ele se chama menu, pois oferece uma lista de opções, exatamente como o menu de um restaurante. E como a palavra "iniciar" já diz, é o local onde você iniciará ou abrirá itens.



Menu Iniciar.

Use o menu Iniciar para fazer as seguintes atividades comuns:

- Iniciar programas
- Abrir pastas usadas com frequência
- Pesquisar arquivos, pastas e programas
- Ajustar configurações do computador
- Obter ajuda com o sistema operacional Windows
- Desligar o computador
- Fazer *logoff* do Windows ou alternar para outra conta de usuário

Barra de Tarefas



Barra de Tarefas

A barra de tarefas é aquela barra longa horizontal na parte inferior da tela. Diferentemente da área de trabalho, que pode ficar obscurecida devido às várias janelas abertas, a barra de tarefas está quase sempre visível. Ela possui três seções principais:

- O botão Iniciar, que abre o menu Iniciar.
- A seção intermediária, que mostra quais programas e arquivos estão abertos e permite que você alterne rapidamente entre eles.
- A área de notificação, que inclui um relógio e ícones (pequenas imagens) que comunicam o status de determinados programas e das configurações do computador.

Como é provável que você use a seção intermediária da barra de tarefas com mais frequência, vamos abordá-la primeiro.

Controle das Janelas

Se você abrir mais de um programa ou arquivo ao mesmo tempo, as janelas rapidamente começarão a se acumular na área de trabalho. Como as janelas costumam encobrir umas às outras ou ocupar a tela inteira, às vezes fica difícil ver o que está por baixo ou lembrar do que já foi aberto.

É aí que a barra de tarefas entra em ação. Sempre que você abre um programa, uma pasta ou um arquivo, o Windows cria um botão na barra de tarefas correspondente a esse item. Esse botão exibe um ícone que representa o programa aberto. Na figura abaixo, dois programas estão abertos (a Calculadora e o Campo Minado) e cada um tem seu próprio botão na barra de tarefas.

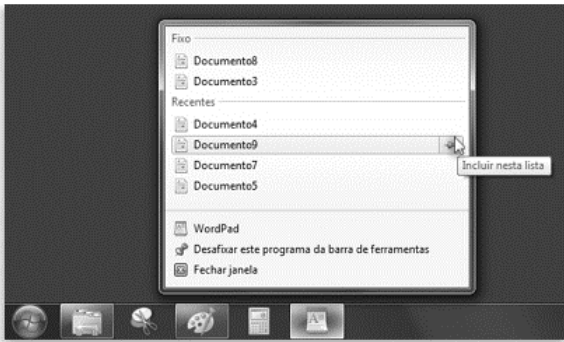
Personalizar a Barra de Tarefas

Existem muitas formas de personalizar a barra de tarefas de acordo com as suas preferências. Por exemplo, você pode mover a barra de tarefas inteira para a esquerda, para a direita ou para a borda superior da tela. Também pode alargar a barra de tarefas, fazer com que o Windows a oculte automaticamente quando não estiver em uso e adicionar barras de ferramentas a ela.

Listas de Atalhos na barra de tarefas

As Listas de Atalhos na barra de tarefas fornecem acesso rápido a tudo que você usa com mais frequência.

¹ <http://windows.microsoft.com/pt-br/windows>



Fixando um item a uma Lista de Atalhos na barra de tarefas.

Para exibir a Lista de Atalhos de um programa

Clique com o botão direito do mouse no botão do programa na barra de tarefas.

Para abrir um item de uma Lista de Atalhos

Abra a Lista de Atalhos do programa e clique no item.

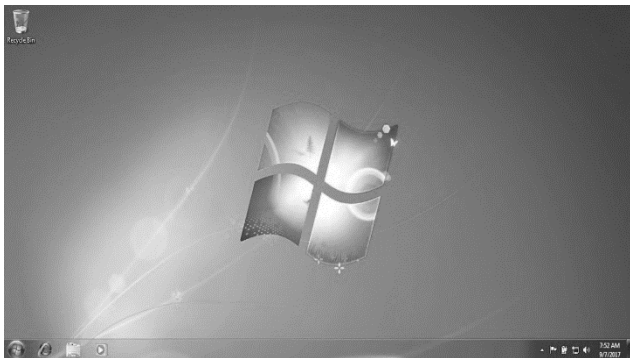
Para fixar um item em uma Lista de Atalhos

Abra a Lista de Atalhos do programa, aponte para o item, clique no ícone do pino e clique em Incluir nesta lista.

Para desafixar um item

Abra a Lista de Atalhos do programa, aponte para o item, clique no ícone do pino e clique em Tirar desta lista.

Área de Trabalho (Desktop)



A área de trabalho é a principal área exibida na tela quando você liga o computador e faz logon no Windows. Ela serve de superfície para o seu trabalho, como se fosse o tempo de uma mesa real. Quando você abre programas ou pastas, eles são exibidos na área de trabalho. Nela, também é possível colocar itens, como arquivos e pastas, e organizá-los como quiser.

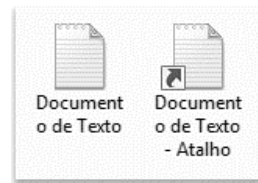
A área de trabalho é definida às vezes de forma mais abrangente para incluir a barra de tarefas. A barra de tarefas fica na parte inferior da tela. Ela mostra quais programas estão em execução e permite que você alterne entre eles. Ela também contém o botão Iniciar, que pode ser usado para acessar programas, pastas e configurações do computador.

Adicionar e remover ícones da área de trabalho

Você pode escolher os ícones que serão exibidos na área de trabalho, adicionando ou removendo um ícone a qualquer momento. Algumas pessoas preferem uma área de trabalho limpa, organizada, com poucos ícones (ou nenhum). Outras preferem colocar dezenas de ícones na área de trabalho para ter acesso rápido a programas, pastas e arquivos usados com frequência.

Se quiser obter acesso fácil da área de trabalho a seus programas ou arquivos favoritos, crie atalhos para eles. Um atalho é um ícone que representa um link para um item, em vez do item em si. Quando você clica em um atalho, o item é

aberto. Se você excluir um atalho, somente ele será removido, e não o item original. É possível identificar atalhos pela seta no ícone correspondente.



Um ícone de arquivo (à esquerda) e um ícone de atalho (à direita).

Lixeira

Quando você exclui um arquivo ou pasta, eles na verdade não são excluídos imediatamente; eles vão para a Lixeira. Isso é bom porque, se você mudar de ideia e precisar de um arquivo excluído, poderá obtê-lo de volta.



A Lixeira vazia (à esquerda) e cheia (à direita).

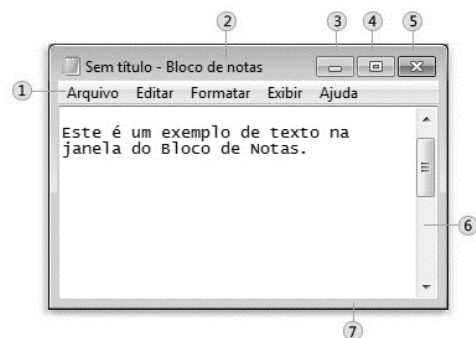
Se tiver certeza de que não precisará mais dos itens excluídos, poderá esvaziar a Lixeira. Ao fazer isso, excluirá permanentemente os itens e recuperará o espaço em disco por eles ocupados.

Gerenciamento de Janelas

Sempre que você abre um programa, um arquivo ou uma pasta, ele aparece na tela em uma caixa ou moldura chamada janela (daí o nome atribuído ao sistema operacional Windows, que significa Janelas em inglês). Como as janelas estão em toda parte no Windows, é importante saber como movê-las, alterar seu tamanho ou simplesmente fazê-las desaparecer.

Partes de uma janela

Embora o conteúdo de cada janela seja diferente, todas as janelas têm algumas coisas em comum. Em primeiro lugar, elas sempre aparecem na área de trabalho, a principal área da tela. Além disso, a maioria das janelas possuem as mesmas partes básicas.



- 1 Barra de menus
- 2 Barra de título
- 3 Botão minimizar
- 4 Botão maximizar
- 5 Botão fechar
- 6 Barra de rolagem
- 7 Borda

Partes de uma janela típica.

- **Barra de título:** exibe o nome do documento e do programa (ou o nome da pasta, se você estiver trabalhando em uma pasta).

- **Botões Minimizar, Maximizar e Fechar:** estes botões permitem ocultar a janela, alargá-la para preencher a tela inteira e fechá-la, respectivamente (mais detalhes sobre eles em breve).

- **Barra de menus:** contém itens nos quais você pode clicar para fazer escolhas em um programa.

- **Barra de rolagem:** permite rolar o conteúdo da janela para ver informações que estão fora de visão no momento.

- **Bordas e cantos:** é possível arrastá-los com o ponteiro do mouse para alterar o tamanho da janela.

Outras janelas podem ter botões, caixas ou barras adicionais, mas normalmente também têm as partes básicas.



Colocar o cursor sobre o botão de uma janela na barra de tarefas exibe uma visualização da janela.

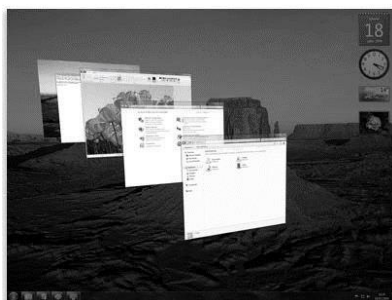
- **Usando Alt+Tab:** você pode alternar para a janela anterior pressionando Alt+Tab, ou percorrer todas as janelas abertas e a área de trabalho mantendo pressionada a tecla Alt e pressionando repetidamente a tecla Tab. Solte Alt para mostrar a janela selecionada.

- **Usando o Aero Flip 3D:** o Aero Flip 3D organiza as janelas em uma pilha tridimensional para permitir que você as percorra rapidamente. Para usar o Flip 3D:

Mantenha pressionada a tecla de logotipo do Windows e pressione Tab para abrir o Flip 3D.

Enquanto mantém pressionada a tecla de logotipo do Windows, pressione Tab repetidamente ou gire a roda do mouse para percorrer as janelas abertas. Você também pode pressionar Seta para a Direita ou Seta para Baixo para avançar uma janela, ou pressionar Seta para a Esquerda ou Seta para Cima para retroceder uma janela.

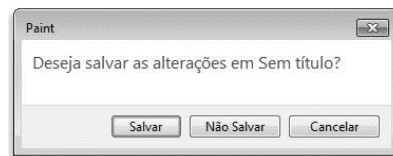
Solte a tecla de logotipo do Windows para exibir a primeira janela da pilha ou clique em qualquer parte da janela na pilha para exibir essa janela.



Aero Flip 3D.

Caixas de diálogo

Uma caixa de diálogo é um tipo especial de janela que faz uma pergunta, fornece informações ou permite que você selecione opções para executar uma tarefa. Você verá caixas de diálogo com frequência quando um programa ou o Windows precisar de uma resposta sua antes de continuar.



Uma caixa de diálogo aparecerá se você sair de um programa sem salvar o trabalho.

Ao contrário das janelas comuns, a maioria das caixas de diálogo não podem ser maximizadas, minimizadas ou redimensionadas, mas podem ser movidas.

Usando menus, botões, barras e caixas

Menus, botões, barras de rolagem e caixas de seleção são exemplos de controles que funcionam com o mouse ou teclado. Esses controles permitem selecionar comandos, alterar configurações ou trabalhar com janelas. Esta seção descreve como reconhecer e usar controles que você encontrará com frequência ao usar o Windows.

Usando menus

A maioria dos programas contém dezenas ou até centenas de comandos (ações) que você usa para trabalhar. Muitos desses comandos estão organizados em menus. Como no cardápio de um restaurante, um menu de programa mostra uma lista de opções. Para manter a tela organizada, os menus ficam ocultos até que você clique em seus títulos na barra de menus, localizada imediatamente abaixo da barra de título.

Para escolher um dos comandos listados em um menu, clique nele. Às vezes, aparece uma caixa de diálogo na qual é possível selecionar mais opções. Se um comando não estiver disponível ou não puder ser clicado, ele será exibido em cinza.

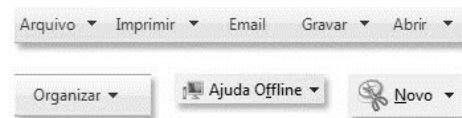
Alguns itens de menu não são comandos. Na realidade, eles abrem outros menus. Na figura a seguir, um submenu é aberto quando você aponta para "Novo".



Alguns comandos de menu abrem submenu.

Se você não vir o comando que deseja, verifique outro menu. Mova o ponteiro do mouse pela barra de menus e eles se abrirão automaticamente, sem que você precise clicar na barra de menus outra vez. Para fechar um menu sem selecionar nenhum comando, clique na barra de menus ou em alguma outra parte da janela.

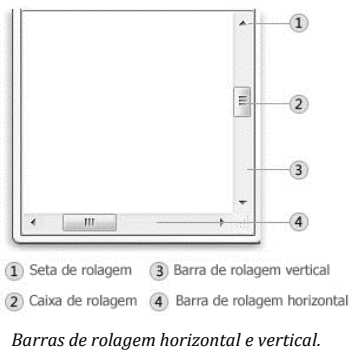
Nem sempre é fácil reconhecer menus, porque nem todos os controles de menu se parecem ou são exibidos em uma barra de menus. Como identificá-los então? Quando você vir uma seta ao lado de uma palavra ou imagem, é provável que seja um controle de menu. Veja alguns exemplos:



Exemplos de controles de menu.

Usando barras de rolagem

Quando um documento, uma página da Web ou uma imagem excede o tamanho da janela, barras de rolagem aparecem para permitir que você veja as informações que estão fora de visão no momento. A figura a seguir mostra as partes de uma barra de rolagem.



Para usar a barra de rolagem:
- Clique nas setas de rolagem para cima ou para baixo para percorrer o conteúdo da janela em pequenas etapas. Mantenha o botão do mouse pressionado para rolar continuamente.

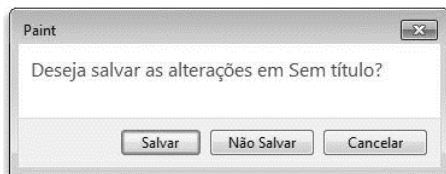
- Para rolar uma página para cima ou para baixo, clique em uma área vazia de uma barra de rolagem acima ou abaixo da caixa de rolagem.

- Arraste uma caixa de rolagem para cima, para baixo, para a esquerda ou para a direita para rolar a janela nessa direção.

Se o mouse tiver uma roda de rolagem, você poderá usá-la para percorrer documentos e páginas da Web. Para rolar para baixo, role a roda para trás (em direção a você). Para rolar para cima, role a roda para frente (em direção contrária a você).

Usando botões de comando

Um botão de comando executa um comando (uma ação) quando você clica nele. Você os verá com mais frequência em caixas de diálogo, que são pequenas janelas contendo opções para concluir uma tarefa. Por exemplo, se você fechar uma imagem do Paint sem salvá-la primeiro, verá uma caixa de diálogo como esta:



Caixa de diálogo com três botões.

Para fechar a imagem, primeiro clique no botão Salvar ou Não Salvar. Clique em Salvar para salvar a imagem e as alterações; clique em Não Salvar para excluir a imagem e descartar as alterações. Se clicar em Cancelar, a caixa de diálogo será descartada e você retornará ao programa.

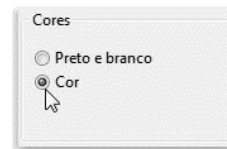
Pressionar a tecla Enter é o mesmo que clicar em um botão de comando que esteja selecionado.

Fora das caixas de diálogo, a aparência dos botões de comando varia; por isso, às vezes é difícil saber o que é ou não um botão. Por exemplo, os botões de comando costumam ser exibidos como pequenos ícones (imagens) sem texto ou moldura retangular.

A maneira mais confiável de determinar se um item é um botão de comando é colocar o ponteiro do mouse sobre ele. Se ele "acender" e surgir um contorno retangular em torno dele, trata-se de um botão. A maioria dos botões também exibe algum texto descrevendo sua função quando você aponta para eles.

Botões de opção

Os botões de opção permitem escolher entre duas ou mais opções. Normalmente aparecem em caixas de diálogo. A figura a seguir mostra dois botões de opção. A opção "Cor" está selecionada

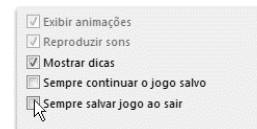


O clique em um botão seleciona esta opção.

Para selecionar uma opção, clique em um dos botões. É possível selecionar apenas uma opção.

Caixas de seleção

As caixas de seleção permitem selecionar uma ou mais opções independentes. Ao contrário dos botões de opção, que restringem sua escolha a uma opção, as caixas de seleção permitem que você escolha várias opções ao mesmo tempo.



Clique em uma caixa de seleção vazia para selecionar esta opção.

Para usar caixas de seleção:

- Clique em um quadrado vazio para selecionar ou "ativar" esta opção. Uma marca de seleção aparecerá no quadrado, indicando que a opção foi selecionada.

- Para desativar uma opção, desmarque (remova) sua marca de seleção clicando nela.

- Opções que não podem ser selecionadas ou desmarcadas no momento são mostradas em cinza.

Caixas de texto

Uma caixa de texto permite digitar informações, como senha ou termo de pesquisa. A figura a seguir mostra uma caixa de diálogo contendo uma caixa de texto. Digitamos "urso" na caixa de texto.

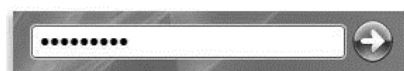


Exemplo de uma caixa de texto em uma caixa de diálogo.

Uma linha vertical intermitente chamada cursor indica onde aparecerá o texto que você digitar. No exemplo, você pode ver o cursor após o "o" de "urso". É possível mover facilmente o cursor clicando na nova posição. Por exemplo, para adicionar uma palavra antes de "urso", primeiro mova o cursor e clique antes do "u".

Se você não vir um cursor na caixa de texto, significa que a caixa de texto não está pronta para digitação. Primeiro clique na caixa e só depois comece a digitar.

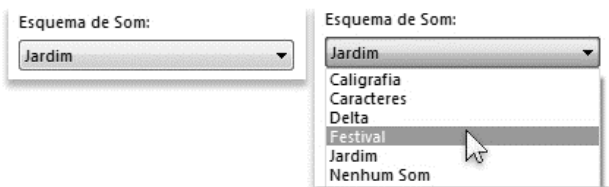
Caixas de texto que exigem senhas geralmente ocultam a senha quando você a digita, para o caso de alguém estar olhando para sua tela.



Caixas de texto que exigem senhas geralmente ocultam a senha.

Listas suspensas

Listas suspensas são semelhantes a menus. Entretanto, em vez de clicar em um comando, você escolhe uma opção. Quando estão fechadas, as listas suspensas mostram somente a opção selecionada no momento. As outras opções disponíveis ficam ocultas até que você clique no controle, como mostra a figura abaixo:



Uma lista suspensa fechada (à esquerda) e aberta (à direita).

Para abrir uma lista suspensa, clique nela. Para escolher uma opção na lista, clique na opção.

Caixa de listagem

Uma caixa de listagem exibe uma lista de opções para você escolher. Ao contrário da lista suspensa, as opções (todas ou algumas) já estão visíveis, sem que seja necessário abrir a lista.

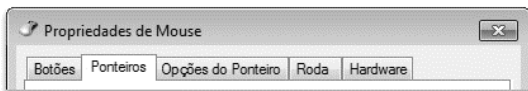


Caixa de listagem.

Para escolher uma opção na lista, clique nela. Se a opção desejada não estiver visível, use a barra de rolagem para rolar a lista para cima ou para baixo. Se a caixa de listagem tiver uma caixa de texto acima dela, você poderá digitar o nome ou valor da opção.

Usando guias

Em algumas caixas de diálogo, as opções são divididas em duas ou mais guias. Somente uma guia (ou um conjunto de opções) pode ser visualizada por vez.



Guias.

A guia selecionada no momento aparece na frente das outras guias. Para alternar para outra guia, clique nela.

Teclas de Atalho do Sistema Operacional²

Os atalhos de teclado são combinações de duas ou mais teclas que, quando pressionadas, podem ser usadas para executar uma tarefa que normalmente exigiria um mouse ou um dispositivo apontador. Os atalhos de teclado podem facilitar a interação com o computador, permitindo que você poupe tempo e esforço ao trabalhar com o Windows e outros programas.

A maioria dos programas também contém teclas de aceleração que facilitam o trabalho com menus e outros comandos. Verifique se os menus dos programas possuem teclas de aceleração. Normalmente, quando há uma letra sublinhada no menu, pressionar a tecla Alt juntamente com a letra sublinhada equivale a clicar no item de menu correspondente.

Pressionar a tecla Alt em alguns programas, como o Paint e o WordPad, mostra comandos rotulados com teclas adicionais que você pode pressionar para usar os comandos.

Você também pode criar novos atalhos de teclado para abrir programas. Para obter mais informações, consulte Criar atalhos de teclado para abrir programas.

Atalhos de teclado para Facilidade de Acesso

Shift Direita por oito segundos: ativar e desativar as Teclas de Filtro.

Alt Esquerda+Shift Esquerda+PrtScn (ou PrtScn): ativar ou desativar o Alto Contraste.

Alt Esquerda+Shift Esquerda+Num Lock: ativar ou desativar as Teclas do Mouse.

Shift cinco vezes: ativar ou desativar as Teclas de Aderência.

Num Lock por cinco segundos: ativar ou desativar as Teclas de Alternância.

Tecla do logotipo do Windows: imagem da tecla de logotipo do Windows +U - Abrir a Central de Facilidade de Acesso.

Atalhos de teclado gerais

F1: exibir a Ajuda.

Ctrl+C: copiar o item selecionado.

Ctrl+X: recortar o item selecionado.

Ctrl+V: colar o item selecionado.

Ctrl+Z: desfazer uma ação.

Ctrl+Y: refazer uma ação.

Delete: excluir o item selecionado e movê-lo para a Lixeira.

Shift+Delete: excluir o item selecionado sem movê-lo para a Lixeira primeiro.

F2: renomear o item selecionado.

Ctrl+Seta para a Direita: mover o cursor para o início da próxima palavra.

Ctrl+Seta para a Esquerda: mover o cursor para o início da palavra anterior.

Ctrl+Seta para Baixo: mover o cursor para o início do próximo parágrafo.

Ctrl+Seta para Cima: mover o cursor para o início do parágrafo anterior.

Ctrl+Shift com uma tecla de direção: selecionar um bloco de texto.

Shift com qualquer tecla de direção: selecionar mais de um item em uma janela ou na área de trabalho ou selecionar o texto dentro de um documento.

Ctrl com qualquer tecla de direção+Barra de Espaços: selecionar vários itens individuais em uma janela ou na área de trabalho.

Ctrl+A: selecionar todos os itens de um documento ou janela.

F3: procurar um arquivo ou uma pasta.

Alt+Enter: exibir as propriedades do item selecionado.

Alt+F4: fechar o item ativo ou sair do programa ativo.

Alt+Barra de Espaços: abrir o menu de atalho para a janela ativa.

Ctrl+F4: fechar o documento ativo (em programas que permitem vários documentos abertos simultaneamente).

Alt+Tab: alternar entre itens abertos.

Ctrl+Alt+Tab: usar as teclas de direção para alternar entre itens abertos.

Ctrl+Roda de rolagem do mouse: alterar o tamanho dos ícones na área de trabalho.

Tecla do logotipo do Windows +Tab: percorrer programas na barra de tarefas usando o Aero Flip 3-D.

Ctrl + tecla do logotipo do Windows +Tab: usar as teclas de seta para percorrer os programas na barra de tarefas utilizando o Aero Flip 3-D.

Alt+Esc: percorrer os itens na ordem em que foram abertos.

F6: percorrer os elementos da tela em uma janela ou na área de trabalho.

F4: exibir a lista da barra de endereços no Windows Explorer.

²<http://windows.microsoft.com/pt-br/>



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS OFICIAL FINANCEIRO

ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: ÍNDICES FINANCEIROS, PARTES INTERESSADAS, TIPOS DE COMPARAÇÕES E TIPOS DE CATEGORIAS: LIQUIDEZ, ATIVIDADE, ENDIVIDAMENTO E LUCRATIVIDADE
Índices financeiros

Os indicadores financeiros auxiliam os gestores a analisar e tomar melhores decisões conforme os resultados dentro de um período específico. Através deles é possível comparar dados da empresa e seu segmento de mercado. Assim, é possível descobrir se seu negócio está dentro dos padrões escolhidos para a análise.

Os principais indicadores financeiros são:

- Margem de contribuição – indica quanto cada produto ou serviço contribui para pagar despesas fixas da empresa. Segue sua fórmula:

$$\text{Margem de Contribuição} = \text{Vendas} - \text{Variáveis} + \text{Despesas Variáveis}$$

- Lucratividade – é o indicador que demonstra percentualmente o resultado líquido da empresa em relação ao seu faturamento. É de extrema importância para informar a viabilidade e competitividade o negócio, pois quanto maior a lucratividade, maiores serão os recursos de caixa para serem reinvestidos. Sua fórmula é:

$$\text{Lucratividade} =$$

- Ponto de equilíbrio – indicador que apresenta em valores absolutos quanto a empresa precisa vender para cobrir todos os custos fixos e variáveis, mesmo que a empresa não tenha lucro, porém, também não tenha prejuízo. É fundamental para entender o volume de vendas mínimo necessário para que o negócio comece a se pagar. Sua fórmula é a seguinte:

$$\text{Ponto de Equilíbrio: } x \text{ venda bruta}$$

- Rentabilidade – é o indicador que demonstra percentualmente o resultado da empresa em relação ao seu investimento inicial. É calculado através das informações do resultado e do balanço patrimonial. Segue a fórmula:

$$\text{Rentabilidade} = x 100$$

Partes interessadas

São consideradas partes interessadas, o público para quem tem grande importância a análise das demonstrações contábeis. As partes interessadas são:

- ✓ Gestores, diretores, etc. – Necessitam dessas informações para tomadas de decisão sobre o futuro da empresa.
- ✓ Bancos e credores diversos – Preocupam-se com o retorno dos recursos emprestados.
- ✓ Estado – Exercem o poder de tributar e arrecadar impostos, taxas e contribuições.
- ✓ Clientes – Necessidade de saber se seus fornecedores tem a capacidade de cumprir com exigências de produção, prestação de serviços, entrega, etc.
- ✓ Sócios – Preocupam-se com a lucratividade de retorno sobre o capital investido.

Índices de liquidez

Os índices de liquidez apresentam a situação financeira da empresa, através da capacidade de pagamento das obrigações assumidas. O balanço patrimonial abaixo, tem as informações que serão usadas para o cálculo dos índices de liquidez corrente, seca, imediata e geral.

ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante		Passivo Circulante	
Disponível	5.400	Fornecedores	2.300
Estoques	18.000	Empréstimos	9.400
Clientes	4.700	Financiamentos	3.600
Despesas Antecipadas	1.800	Outras obrigações	1.600
Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante	
Realizável a Longo Prazo	2.000	Exigível a Longo Prazo	42.500

Investimentos	2.800		
Imobilizado	37.000	Patrimônio Líquido	
Intangível	1.300	Capital	13.600
Total do Ativo	73.000	Total do Passivo	73.000

O Índice de Liquidez Corrente apresenta a capacidade de pagamento que a empresa tem no curto prazo.

$$L.C. = = = 1,76$$

O resultado mostra que a empresa possui 1,76 vezes mais recursos do que obrigações a pagar.

O Índice de Liquidez Seca apresenta a capacidade financeira de pagamento que a empresa tem, sem considerar os estoques, no curto prazo.

$$L.S. = = = 0,70$$

O resultado mostra que, caso a empresa não possa contar com seu estoque para gerar receita, ela terá 70% de seus recursos para pagar suas obrigações de curto prazo.

O Índice de Liquidez Imediata é calculado considerando-se apenas as disponibilidades, que são os ativos de liquidez imediata que a empresa possui (caixa, bancos, aplicações financeiras).

$$L.I. = = = 0,32$$

Esse resultado significa que, no momento atual a empresa tem apenas 32% de seus recursos em dinheiro (ativos de liquidez imediata), para pagar suas obrigações. Geralmente a liquidez das empresas é baixa, pois é preferível deixar valores aplicados do que disponíveis.

O Índice de Liquidez Geral apresenta a capacidade de pagamento que a empresa tem no curto prazo e também no longo prazo.

$$L.G. = = = 0,54$$

Através do resultado obtido, percebe-se que a empresa tem apenas 54% de recursos para cumprir com as obrigações de curto e longo prazos.

Indicadores de atividades

São indicadores que avaliam e medem o ciclo operacional da empresa. Através desses indicadores, é possível a tomada de decisão para o controle e otimização do ciclo operacional. Podem ser utilizados para gestão do estoque até o prazo dado para recebimento de clientes e recebido para pagamento de fornecedores.

Os principais indicadores de atividade são:

- Prazo Médio de Estocagem – Mostra a eficácia da gestão de estoque e o período de tempo em que o estoque fica armazenado até sua venda. É medido em dias, então quanto maior seu resultado, mais tempo fica parado, necessitando de recursos financeiros para se pagar. Sua fórmula é:

$$PME = \frac{\text{Estoque}}{\text{Vendas}} \times 360$$

- Prazo Médio de Recebimento – Apresenta quantos dias são concedidos para que a empresa receba suas vendas. Também mostra seu resultado em dias. Quanto menor for este resultado, melhor para o fluxo de caixa da empresa.

$$PMR = \frac{\text{Receitas}}{\text{Vendas}} \times 360$$

- Prazo Médio de Pagamento – Mostra quantos dias a empresa tem para pagar seus fornecedores. Quanto maior o prazo, melhor para o caixa da empresa.

$$PMP = \frac{\text{Pagamentos}}{\text{Vendas}} \times 360$$

Índice de endividamento geral

Este índice apresenta seu grau de endividamento. Por meio deste índice, a empresa identifica o nível de dependência do capital próprio e também do capital de terceiros para o financiamento de seus ativos de curto e longo prazos. Quanto maior a dependência de capital de terceiros, maior o risco oferecido. Sua fórmula é a seguinte:

E.G. =

Indicadores de lucratividade

O indicador de atividade mede a eficiência operacional obtido sob a forma de valor percentual, que indica o ganho que a empresa consegue gerar sobre a atividade que desenvolve. É um dos principais indicadores financeiros da empresa, associado com a competitividade do negócio. O resultado pode ser mensal, trimestral, semestral ou anual, conforme a necessidade específica de cada empresa.

Supondo que a empresa tenha uma receita de R\$ 80.000 e lucro líquido de R\$ 10.000, sendo a fórmula:

$$\text{Lucratividade} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita}} \times 100 = \frac{10.000}{80.000} \times 100 = 12,5\%$$

O resultado de 12,5% representa o ganho para a empresa, ou seja, dentro do período escolhido para o cálculo a cada R\$ 100,00 vendidos, R\$ 12,5 entra para o caixa na forma de lucro, após pagas despesas e impostos.

PROCESSO DECISÓRIO DE ORÇAMENTO DE CAPITAL: MOTIVAÇÕES PARA O DISPÊNDIO DE CAPITAL, ETAPAS NO PROCESSO E TERMINOLOGIA BÁSICA

Motivações para o dispêndio de capital

Um dispêndio de capital é um gasto que a empresa realiza para benefícios ao longo prazo e ocorrem em virtude de decisões tomadas pela gestão da empresa, as principais são:

- Expansão – Para expandir as operações, geralmente por meio da aquisição de ativos imobilizados; equipamentos ou instalações.
- Substituição – Para substituir equipamentos que com o passar do tempo, se tornaram obsoletos e improdutivos.
- Modernização – Para substituir ou mesmo atualizar equipamentos ou sistemas tecnológicos.
- Propostas diversas – Podem incluir a parte de divulgação da empresa, como marketing e propaganda; pesquisas e desenvolvimento de novos produtos e novas parcerias, etc.

Etapas no processo

O processo decisório de orçamento de capital envolve cinco etapas:

- a) Geração da proposta – a partir da ideia inicial.
- b) Discussão e análise - sobre a viabilidade financeira, custos e tempo.
- c) Decisão - devido valores expressivos, é necessário reunião com membros de diretoria e demais executivos para a tomada de decisão final.
- d) Implementação – aquisição do que foi proposto.
- e) Acompanhamento – observação e avaliação do proposto para o que está sendo realizado.

Terminologia básica

Projetos independentes: São projetos em que os fluxos de caixa são independentes entre si. Porém, nada impede que mais de um seja aceito em momentos oportunos.

Projetos mutuamente excludentes: São projetos que devido terem a mesma finalidade, criaram uma competitividade entre si. A escolha de um, elimina os demais.

Fundos ilimitados: Devido a situação financeira favorável da empresa, há possibilidade de aceitação da proposta de outros projetos, desde que permitam um retorno desejável.

Racionamento de capital: Situação financeira em que a empresa tem a opção de aceitar apenas um projeto entre as propostas oferecidas.

Aceitação - rejeição: Maneira de análise de propostas de dispêndio de capital, incluindo critérios detalhados de escolha.

Classificação: Classificação de projetos de dispêndio de capital, conforme indicadores financeiros determinados pela gestão, como Taxa Interna de Retorno, Payback e Valor Presente Líquido. Ou seja, por avaliações daqueles proporcionam maior rentabilidade a empresa e em menor período.

FLUXOS DE CAIXA RELEVANTES: FLUXOS DE CAIXA DE EXPANSÃO VERSUS DE SUBSTITUIÇÃO, CUSTOS INCORRIDOS E CUSTOS DE OPORTUNIDADE, FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL E FLUXO DE CAIXA RESIDUAL

Fluxos de caixa de expansão

Ao decidir utilizar o dispêndio de capital para expandir, o fluxo de caixa relevante deve ser igual a proposta do investimento de capital atual, assim, os fluxos de caixa de situações anteriores não serão considerados.

Fluxos de caixa de substituição

Para as decisões de projetos de substituição, o fluxo de caixa antigo pode ser considerado, bastando apenas incluir a nova proposta.

Custos incorridos

Custos incorridos ocorrem quando a empresa utiliza um ativo em sua atividade comercial e esse ativo torna-se uma despesa, mesmo que ainda não tenha sido paga.

Custos de oportunidade

Custo de oportunidade é o valor renunciado ao se fazer uma escolha, como aplicar um recurso disponível ou adquirir um imóvel. Caso a escolha seja pelo imóvel, haverá renúncia ao rendimento da aplicação financeira. Porém, se a opção for pela aplicação financeira, ocorrerá pelo benefício de um imóvel próprio.

O que deixou-se de ganhar, na opção pela aplicação ou pelo imóvel é chamado custo de oportunidade.

Fluxo de caixa operacional

É o primeiro grupo de contas do demonstrativo de fluxo de caixa em que são apresentadas todas as entradas e saídas de dinheiro que ocorreram na empresa referente a sua atividade principal; como pagamento de funcionários, despesas administrativas, receitas de vendas, etc.

O fluxo de caixa operacional indica se a empresa está conseguindo ganhar dinheiro, com o foco apenas em sua operação principal.

Fluxo de caixa residual

É o fluxo de caixa não operacional, após o imposto de renda, que ocorre no final do projeto, em geral decorrente da liquidação desse mesmo projeto.

CUSTO DE CAPITAL: CONCEITO BÁSICO, CUSTO DE FONTES ESPECÍFICAS DE CAPITAL, CUSTO DE DÍVIDAS DE LONGO PRAZO

Conceito básico

Custo de capital é o valor do dinheiro no tempo. Tendo seu efeito direto sobre as atividades da empresa, afetando sua lucratividade.

O custo do capital pode ser explicado também pelo dinheiro parado, devido a inflação e pela taxa de retorno que a empresa precisar ter sobre seus investimentos para manter seu valor competitivo, atraindo cada vez mais recursos de terceiros.

Custo de fontes específicas de capital

As fontes de capital podem vir de terceiros ou de capital próprio.

O custo de capital de terceiros pode ser aquele financiamento no banco que concede o empréstimo e a empresa paga mensalmente os juros. Os juros neste caso representam o custo do capital de terceiros.

Já o custo do capital próprio é a remuneração devida aos sócios pelos recursos investidos na empresa.

Custo de dívidas de longo prazo

As empresas utilizam financiamentos de longo prazo para captação de recursos, com a intenção de melhorias em suas operações e também para cumprir com suas obrigações com fornecedores.

As dívidas de longo prazo, tais como empréstimos bancários, acarretam em custo maior, devido taxas mais altas de juros referente ao período de financiamento de empréstimos, riscos e retorno do capital.

CUSTO MÉDIO PONDERADO DE CAPITAL E CUSTO MARGINAL

Custo médio ponderado de capital

O Custo médio ponderado de capital ou Weighted Average Cost of Capital (WACC) tem duas principais funções na gestão financeira: Calcular o valor de uma empresa através de um fluxo de caixa descontado, os rendimentos futuros; e analisar se um novo projeto é viável ou não por meio da perspectiva financeira, trazendo uma taxa mínima de atratividade.

São informações de grande relevância para futuros investidores e para possíveis credores. Sua fórmula é:

$$WACC = r_E r_D (1 - T)$$

Sendo:

E = valor do capital próprio

D = valor do capital de terceiros

rE = Taxa de custo do capital próprio

rD = Taxa de custo do capital de terceiros

T = Taxa de imposto

Através desta fórmula é possível ver o custo do financiamento de capital próprio e de terceiros em qualquer empreendimento.

Custo marginal

O custo marginal é um custo a mais que a empresa vai ter para aumentar a sua atividade, pois resulta de um aumento no funcionamento da empresa. Assim, todo custo adicionado por aumento na energia elétrica, funcionários, etc., refere-se a custo marginal.

SISTEMA DE PREÇOS: PREÇOS ABSOLUTOS, RELATIVOS E PREÇOS DE MERCADO

SISTEMA DE PREÇOS: PREÇOS ABSOLUTOS, RELATIVOS E PREÇOS DE MERCADO

Preços absolutos

Preços absolutos são os preços isolados de produtos e serviços, ou seja, os valores expressos em quantidade necessária para sua aquisição.

Preços relativos

Preços relativos são os preços de um bem ou serviço em relação aos demais, ou seja, a comparação entre o preço absoluto de dois bens. É de extrema importância na economia, pois os consumidores antes de sair comprando, geralmente fazem a tão conhecida pesquisa de preços.

Preços de mercado

Os preços de mercado se referem aos praticados na negociação entre consumidores e empresas. A decisão da formação de preços ocorre entre a interação de compradores e vendedores com relação a quantidades de produtos ou serviços e também sobre o mercado em que atuam.

RELAÇÃO ENTRE QUANTIDADE DEMANDA E O PREÇO DO PRÓPRIO BEM: ESCALA DE DEMANDA INDIVIDUAL, CURVA DE DEMANDA INDIVIDUAL E EXCEÇÕES A LEI DE DEMANDA

Relação entre quantidade demanda e o preço do próprio bem

A demanda de um determinado bem sofre influência de vários fatores, como por exemplo, o preço. Existe uma relação inversamente proporcional entre quantidade procurada e o preço do bem, chamada de Lei Geral da Demanda.

Quantidade Demandada (Qd) Preço do Bem (P)

Escala de demanda individual

A Lei geral da Demanda pode ser observada através da Escala de Demanda, que representa uma relação de preço e quantidade procurada. Vejamos uma ilustração da Escala de Demanda a seguir:

Preço	Quantidade
1	12.000
3	8.000
6	4.000
8	3.000
10	2.000

É possível observar, por exemplo, que com o preço do bem custando R\$ 3,00, serão demandadas 8.000 unidades, ou seja, a quantidade procurada diminui, conforme o aumento de valor.

Efeito substituição: Quando o preço de um bem aumenta e o consumidor encontra outro produto que satisfaça a mesma necessidade, ele passa a consumir este segundo; o que reduz a demanda do anterior.

Efeito renda: Quando aumenta o preço de um bem, o consumidor perde seu poder aquisitivo e a demanda por este produto diminui.

Exceções a lei da demanda

São duas as exceções a lei da demanda, os bens de Giffen e os bens de Veblen.

São considerados bens de Giffen aqueles que custam pouco, mas são de grande importância na renda dos consumidores com salários mais baixos. Assim, mesmo que ocorra aumento no valor desses bens, o consumo se eleva, pois, contudo, seus preços são menores que outros bens que pressionam a renda deste consumidor para baixo.

Já os bens de Veblen, por serem considerados de luxo, quando a renda do consumidor aumenta, sua procura também se elevará. Pois a intenção desse consumidor é demonstrar seu poder de compra, e claro, sua renda favorável.

CONHECIMENTO TEÓRICO DE MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO E MARGEM DE LUCRO

Margem de contribuição

Representa quanto um produto ou serviço contribui para o pagamento das despesas fixas do negócio e ainda gerar lucros após a dedução dos custos e despesas variáveis. Pode ser analisada em conjunto ou individual para cada produto ou serviço. Por meio dela é possível mensurar quanto precisa vender para ter lucros e quais são os produtos e serviços mais rentáveis. Segue abaixo, seu método de cálculo:

Margem de Contribuição = Valor das Vendas – Custos Variáveis e Despesas Variáveis

Margem de lucro

Margem de lucro é um valor em percentual do resultado da empresa, podendo ser lucro ou prejuízo, comparado à receita total.

Supondo que uma empresa teve uma receita total de R\$ 45.000, após a análise dos custos, resultou no valor de R\$ 12.000 em gasto com todas as operações; apresentando um lucro de R\$ 33.000. Abaixo, a fórmula:

$$\text{Margem de Lucro} = \frac{\text{Lucro}}{\text{Receita}} \times 100 = \frac{33.000}{45.000} \times 100 = 73\%$$

Neste caso, o resultado foi positivo em 73%, esse valor servirá como base para a observação e análise da lucratividade da empresa.

CONHECIMENTO BÁSICO SOBRE CUSTO ABC OU CUSTO POR ATIVIDADE E CUSTO POR ABSORÇÃO

Custo abc ou custo por atividade

É o método de apuração de custos baseado em atividades, com o objetivo de mensurar e melhorar as atividades operacionais da empresa. Permite calcular com maior precisão os custos de todos os produtos comercializados na empresa.

Esse método é baseado em três premissas:

- Os produtos demandam atividades necessárias para seu desenvolvimento.
- As atividades consomem fatores de produção (recursos naturais ou tecnológicos, capital e mão de obra).
- Todos os recursos tem custos para as empresas.

Custo por absorção

É o sistema que aloca todos os custos, sejam eles fixos ou variáveis diretos ou indiretos, na apuração final de produtos ou serviços. Esse método derivado da aplicação dos princípios fundamentais da contabilidade, não sendo utilizado para tomada de decisão, mas para efeito de prestação de contas e no Brasil adotado pela legislação comercial e pela legislação fiscal.

**CONTABILIDADE PÚBLICA E ORÇAMENTÁRIA:
ASPECTOS GERAIS. ESTRUTURA E CONTABILIZAÇÃO
DE OPERAÇÕES TÍPICAS. DAS RECEITAS E
DESPESAS PÚBLICAS. EMPENHO. RESTOS A
PAGAR. SUPRIMENTO DE FUNDOS. DÍVIDA
ATIVA. DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.
RESULTADO FINANCEIRO E PATRIMONIAL.
PATRIMÔNIO PÚBLICO. BALANÇOS PÚBLICOS.
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DAS RECEITAS E
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS**

**NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE
NBC T 16 – NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE
APLICADAS AO SETOR PÚBLICO
NBC T 16.1 – CONCEITUAÇÃO, OBJETO E CAMPO DE
APLICAÇÃO**

Disposições gerais

Esta Norma estabelece a conceituação, o objeto e o campo de aplicação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.